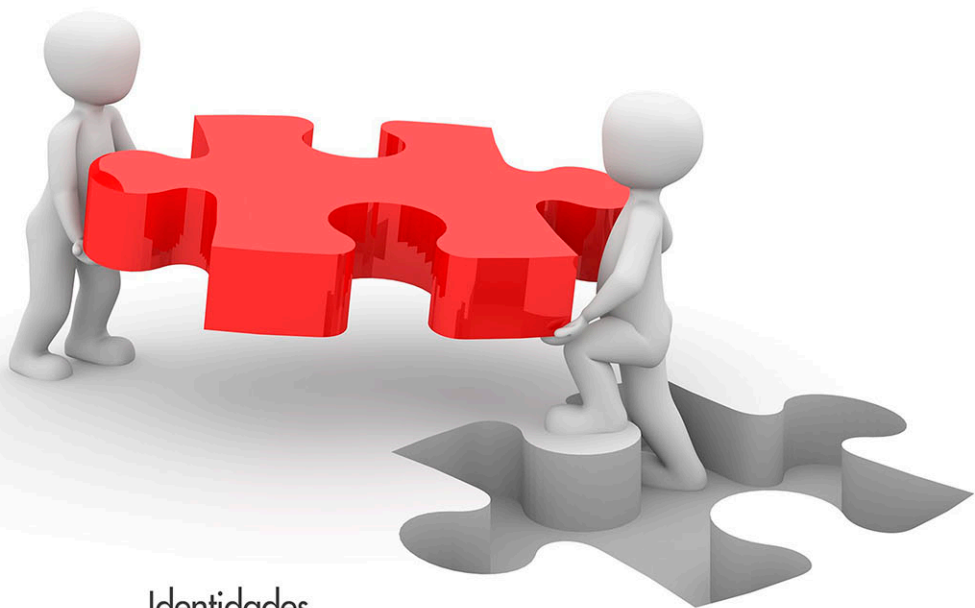


O diálogo entre a
Psicopedagogia
e os desafios da
Aprendizagem

Moisaniel Oliveira Pinheiro (Org.)



Identities,
paths and
comprehensiveness



O presente livro surgiu da inquietação para construir um material que enfatizasse sobre psicopedagogia e seu campo de abrangência e que ao mesmo tempo pudesse ampliar a literatura que trata sobre essa área tão singular e significativa para o contexto da aprendizagem humana. Para isso, vem intitulado com “O diálogo entre a psicopedagogia e os desafios da aprendizagem: identidades, caminhos e abrangências” e tem como objetivo geral reunir diversos artigos que, como o título sugere, traçam um diálogo entre a psicopedagogia e outras matérias que lidam com os desafios da aprendizagem, que também é o eixo norteador das discussões. A referida obra se configura como uma coleção de artigos acadêmicos de pesquisadores que se debruçam a estudar constantemente sobre como o homem lida ao se aproximar de um novo conhecimento, os desafios e as possibilidades nesse percurso. São estudos pautados também em práticas e experiência cotidianas e que, portanto vem com uma linguagem simples e de fácil compreensão, pois parte de quem convive e conhece o “chão da sala de aula”. O leitor irá perceber que os capítulos seguem uma sequência lógica e coerente para formar um texto completo. Inicia falando sobre o que é psicopedagogia, perpassa pela relação que essa área tem com outras áreas e se detém sobre os aspectos relevantes que contribuem e/ou interferem na aprendizagem.



**O diálogo entre a Psicopedagogia e
os Desafios da Aprendizagem**

O diálogo entre a Psicopedagogia e os Desafios da Aprendizagem

Identities, caminhos e abrangências

Organizador:

Moisaniel Oliveira Pinheiro



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

PINHEIRO, Moisaniel Oliveira (Org.)

O diálogo entre a psicopedagogia e os desafios da aprendizagem: identidades, caminhos e abrangências [recurso eletrônico] / Moisaniel Oliveira Pinheiro (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

133 p.

ISBN - 978-85-5696-684-1

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Educação; 2. Pedagogia; 3. Psicopedagogia; 4. Aprendizagem; 5. Diálogos; I. Título.

CDD: 371

Índices para catálogo sistemático:

1. 1. Professores, métodos e disciplinas

371

À memória de Samuel Brilhante Pinheiro, meu pai, que apesar de não compreender muito do mundo acadêmico, sempre acreditou em mim como pessoa e como profissional.

Agradecimentos

Quero agradecer imensamente à minha mãe, ela que sempre acreditou e investiu na nossa educação – minha e de meus irmãos. Ela sabia que a situação de sermos paupérrimos, não seria motivos de desculpas para não avançarmos educacionalmente e sermos grandes profissionais.

Quero agradecer, ainda, a Deus pelos dois filhos que me deu, João Vítor Ribeiro Pinheiro e Jean Vicente Ribeiro Pinheiro. Esses dois, são a fonte de inspiração para acreditar que a vida faz sentido ser vivida.

Agradecer também a meu companheiro e amigo José Willen Brasil Lima pelo companheirismo e apoio a mim direcionados.

Mensagem inicial

Caro amigo leitor,

É chegado mais um momento crucial da minha vida: ser autor, escrever, publicar textos escritos com bases em minhas experiências de vida e profissionais.

Não foi fácil chegar aqui com essas poucas produções, mas foi muito gratificante está organizando textos meus, textos revisados que trazem em seu seio o meu eu.

Sempre tive vontade de publicar um livro, sempre foi um sonho. Mas me achava incapaz: quem sou eu? Como vou escrever? O que escrever? Que editora irá publicar? Foram perguntas desse tipo que se tornaram entraves durante muitos anos de minha vida.

Nasci numa família paupérrima que nem sempre tinha o que comer. Sou o terceiro filho de uma família de seis irmãos. Trabalhávamos na roça, era o único meio, já que éramos filho de uma professora primária e de um lavrador. E isso nos inferiorizava, pois não tínhamos muitas expectativas: quem era eu naquele “interiorzinho” da zona rural, estudante do multisseriado? O que eu poderia aprender além de ler, escrever e fazer conta? Só isso num já bastaria?

Mas aquela professora primária disse “NÃO!!!!” a tudo isso. Ela acreditou, sonhou e projetou em nós um sonho que era dela, “Se formar e sair daquela vidinha que levávamos”, APOSTOU TODAS AS SUAS MOEDAS nos seus filhos. Foi de encontro a tudo e a todos, inclusive ao seu esposo. Investiu todas as suas esperanças sem medo de errar. A única coisa que ela não aceitava era o fracasso. E olha que deu certo, formou todos os filhos!!!

E hoje esse trabalho é fruto de esperanças, de quem acreditou. E todo esse desabafo é somente para lembrar que a

educação move o mundo e que a força de vontade deve ser o motor à busca de qualquer sonho.

Este livro irá trazer temáticas que irão enfatizar desde o conceito introdutório do que seja Psicopedagogia e o perfil do profissional da área, passando por possíveis interfaces dessa grande área à diversos campos até outras dimensões que Psicopedagogia poderá contemplar.

E mais, espero que esta obra contribua muito para quem se interessa pela aprendizagem humana ou mesmo somente pelo prazer de aprender cada vez, pois apresenta uma linguagem simples, de fácil compreensão e entendimento para que a mensagem central seja passada sem dificuldades.

E para finalizar, espero que gostem e compartilhem com outras pessoas, profissionais já atuantes, estudantes acadêmicos ou pais, ou seja, todos os que trabalham direta ou indiretamente com a função de ensinar e aprender.

Sumário

Prefácio	15
Vagner de Oliveira Pinheiro	
Apresentação	17
Moisaniel Oliveira Pinheiro	
Capítulo 01	21
Psicopedagogia institucional e as perspectivas atuais: o perfil do profissional para atuar com competência	
Francidalva de O. Pinheiro; Moisaniel O. Pinheiro; Vagner de Oliveira Pinheiro	
Capítulo 02	41
A interface entre psicopedagogia e psicologia no contexto da orientação vocacional/profissional: construindo projetos de carreira, planos de vida	
Shaelene Juditte Oliveira; Moisaniel Oliveira Pinheiro; José Willen Brasil Lima	
Capítulo 03	57
A psicologia educacional e a indisciplina no contexto escolar: ressignificar conceitos e superar desafios	
José Willen Brasil Lima; Moisaniel Oliveira Pinheiro	
Capítulo 04	77
Educação especial e dificuldades de aprendizagem: um recorte dos principais fatores que influenciam na aquisição da aprendizagem	
Naelle Rodrigues de Meneses; Moisaniel Oliveira Pinheiro	
Capítulo 05	95
A neuropsicopedagogia e a educação escolar na perspectiva da educação inclusiva: elos e paralelos	
Vagner de O. Pinheiro; Moisaniel O. Pinheiro; Antonia Railheide de O. Pinheiro	
Capítulo 06	115
A importância da afetividade na relação educador e educando	
Crisnelton da C. Fonseca; Elessandra Maria de O. Pinheiro; Moisaniel O. Pinheiro	
Sobre os autores	131

Prefácio

Vagner de Oliveira Pinheiro

Sinto-me imensamente honrado e feliz em prefaciá-lo este livro. Primeiro por se tratar de um exemplar repleto de ideias inspiradoras e singulares e por ser resultado de grande esforço e dedicação, e em segunda instância por ser uma obra significativa para Moisaniel Oliveira Pinheiro, este ser humano de capacidade intelectual inquestionável, espírito sonhador e de personalidade de muita densidade teórica e intensa vivência profissional. A quem devoto imensa admiração.

A leitura desta obra me veio em uma época bastante oportuna, eu ansiava por novas perspectivas, aquisições e descobertas educacionais. Necessitava alçar voo além das barreiras do meu universo acadêmico. Aí me deleitei nesta maravilhosa obra. No mergulho que fiz nestas páginas, e a que voltarei a mergulhar quando necessário for, encontrei respostas a perguntas antes não solucionadas sobre aprendizagem educacional.

Falar sobre o livro “O diálogo entre a psicopedagogia e os desafios da aprendizagem: identidades, caminhos e abrangências” é uma tarefa simples, não por esta obra ser simplória, - ao contrário, ela é extremamente abundante em brilhantismo e ineditismo -, mas sim, por ser uma obra objetiva, clara e coerente, com o que se propõe a abordar.

Esta obra traz como objetivos principais, instigar o leitor a uma nova perspectiva acerca do mundo psicopedagógico e sua relevância ao contexto educacional atual, além de se propor a ser uma ferramenta de consulta de caráter permanente, tornando-se um livro de cabeceira para o pedagogo, o psicopedagogo e a

qualquer outro profissional que se interesse pela aprendizagem humana.

Este livro terá impacto positivo em seus leitores, pois a cada capítulo traz ideias e propostas novas, adota um novo método de pensar sobre psicopedagogia e os processos de aprendizagem, instigando a uma profunda reflexão sobre temas pertinentes a conjuntura educacional e de aprendizagem atuais, além de apresentar-se repleto de ideias inspiradoras.

Caro leitor, saiba que o valor desta obra que os autores oferecem a sociedade científica como um todo, e a quem despertar o interesse em lê-lo, é de valor significativo. E espero sinceramente que ao folhear estes textos você encare-nos como um convite a alargar seus conceitos e modos de pensar sobre APRENDIZAGEM HUMANA.

Desejo uma excelente leitura!!

Um grande abraço!!!!

Apresentação

Moisaniel Oliveira Pinheiro

O presente livro surgiu da inquietação para construir um material que enfatizasse sobre psicopedagogia e seu campo de abrangência e que ao mesmo tempo pudesse ampliar a literatura que trata sobre essa área tão singular e significativa para o contexto da aprendizagem humana. Para isso, vem intitulado com “O DIÁLOGO ENTRE A PSICOPEDAGOGIA E OS DESAFIOS DA APRENDIZAGEM: identidades, caminhos e abrangências” e tem como objetivo geral reunir diversos artigos que, como o título sugere, traçam um diálogo entre a psicopedagogia e outras matérias que lidam com os desafios da aprendizagem, que também é o eixo norteador das discussões.

A referida obra se configura como uma coleção de artigos acadêmicos de pesquisadores que se debruçam a estudar constantemente sobre como o homem lida ao se aproximar de um novo conhecimento, os desafios e as possibilidades nesse percurso. São estudos pautados também em práticas e experiência cotidianas e que, portanto vem com uma linguagem simples e de fácil compreensão, pois parte de quem convive e conhece o “chão da sala de aula”.

O leitor irá perceber que os capítulos seguem uma sequência lógica e coerente para formar um texto completo. Inicia falando sobre o que é psicopedagogia, perpassa pela relação que essa área tem com outras áreas e se detém sobre os aspectos relevantes que contribuem e/ou interferem na aprendizagem. É, portanto, composto de 06 (seis) capítulos, cada um composto por um artigo, e está organizado da seguinte forma:

- ✓ Capítulo 01: Traz o título “Psicopedagogia institucional e as perspectivas atuais: o perfil do profissional para atuar com competência”, de Francidalva de Oliveira Pinheiro, Moisaníel Oliveira Pinheiro e Vagner de Oliveira Pinheiro. Este capítulo vem enfatizando que o campo de atuação do psicopedagogo é bastante vasto podendo culminar em várias áreas específicas que entre elas se destacam: a área clínica, onde o psicopedagogo trata das dificuldades de aprendizagem, diagnosticando, desenvolvendo técnicas remediativas, estabelecendo contato com outros profissionais das áreas psicológica e psicomotora, e, a área institucional onde atuará na prevenção das ocorrências das dificuldades dentro das instituições escolares, ONGs, empresas, hospitais ou em qualquer local onde haja ensino e aprendizagem;
- ✓ Capítulo 02: Vem como o título “A interface entre psicopedagogia e psicologia no contexto da orientação vocacional/profissional: construindo projetos de carreira, planos de vida”, de Shaelene Juditte Oliveira, Moisaníel Oliveira Pinheiro e José Willen Brasil Lima. Este capítulo coloca a interface existente entre a Psicopedagogia e a Psicologia no sentido da orientação vocacional/profissional pode auxiliar o ser humano para fazer seus projetos de carreira e planos de vida e a tomar decisões salutares, pois proporciona ao orientando o autoconhecimento para que possa decidir, de forma autônoma, o seu futuro;
- ✓ Capítulo 03: Este capítulo, vem com o título “A psicologia educacional e a indisciplina no contexto escolar: ressignificar conceitos e superar desafios”, de José Willen Brasil Lima e Moisaníel Oliveira Pinheiro. Nesse, o leitor perceberá o entendimento de que a indisciplina pode sinalizar o descontentamento do aluno com a atuação da escola, com a relação familiar e/ou a forma como seu saber pode estar sendo ignorado. A gestão escolar também tem influências significativas no relacionamento do aluno com a escola e na escola, assim como o papel da família no contexto escolar atual.
- ✓ Capítulo 04: Destaca como título “Educação especial e dificuldades de aprendizagem: um recorte dos principais fatores que influenciam na aquisição da aprendizagem, de Naelle Rodrigues de Meneses e Moisaníel Oliveira Pinheiro. Aqui se discute que Educação Especial poderá ser vista como um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com deficiências, condutas típicas ou altas habilidades, dificuldades de aprendizagem e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino, mas é um tema que tem proporcionado grandes discussões, entre polêmicas e propostas.

- ✓ Capítulo 05 - Já o capítulo cinco, intitulado por “A neuropsicopedagogia e a educação escolar na perspectiva da educação inclusiva: elos e paralelos”, de Vagner de Oliveira Pinheiro, Moisaníel Oliveira Pinheiro e Antonia Railheide de Oliveira Pinheiro diz que a prática profissional do neuropsicopedagogo no contexto da educação escolar transcorre o contexto da educação inclusiva porque ambas têm a função de contribuir para a inserção integral do homem na sociedade possibilitando com que ele seja autor principal de seus projetos de vida.
- ✓ O capítulo 06: E para finalizar, esse capítulo “A importância da afetividade na relação educador e educando”, de Crisnelton da Costa Fonseca, Elessandra Maria de Oliveira Pinheiro e Moisaníel Oliveira Pinheiro, vem afirmando que não há como negar a interligação entre afetividade e a aprendizagem, para tanto, influências emocionais e afetivas entre pessoas que os constituem socialmente, dão suporte aos seus valores e progressos no meio escolar proporcionando uma receptividade das emoções, pois no âmbito escolar a criança se relaciona com seus colegas e professores, necessitando de um trabalho para a construção dos laços afetivos para auxiliar nas atividades cotidianas, no qual educador e educando estão inseridos.

E, finalizando a apresentação desse grandiosíssimo trabalho, só tenho a agradecer a todos os autores-colaboradores pelo afago com que acolheram meu convite, pelo cuidado com a tessitura dos textos, pelas temáticas escolhidas e pelo tempo que destinaram às pesquisas e produções.

Logo, esperado que este seja um material de grande valia para todos que se preocupam com o(s) processo(s) de ensino e aprendizagem do ser humano, sinto-me esperançoso de que cada leitor possa deleitar-se nos textos e absorver cada gota de informação, transformando-as conhecimento e posteriormente em trabalho e ascensão.

Muito obrigado.

Capítulo 01

Psicopedagogia institucional e as perspectivas atuais: o perfil do profissional para atuar com competência

Francidalva de Oliveira Pinheiro

Moisaniel Oliveira Pinheiro

Vagner de Oliveira Pinheiro

1. Introdução.

A formação do psicopedagogo no Brasil vem ocorrendo em caráter regular e oficial desde a década de 70 em instituições universitárias de renome. E em 1980 surgiu o primeiro curso de Psicopedagogia em São Paulo que resultou na Fundação da Associação Paulista de Psicopedagogia, atual Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp).

Muitos outros cursos de Psicopedagogia foram surgindo ao longo deste período até os dias atuais, e, este crescimento não para, indicando uma grande procura pela profissão. Hoje a Psicopedagogia já possui uma marca própria, que foi construída na prática no percurso histórico, a de possibilitar ao sujeito a construção de sua autonomia com ênfase na construção da cidadania, da moral, da ética, entre outros, objetivando, ainda, identificar e classificar os obstáculos, como por exemplo, as dificuldades de aprendizagens.

E como posto, mediante o reconhecimento que a Psicopedagogia vem ganhando hoje nos espaços educativos, consecutivamente a abertura do mercado de trabalho para a profissão de psicopedagogo se torna muito mais ampla também, e, por conta

disso, cresce a cada dia a procura pela formação em psicopedagogia para atender as perspectivas atuais. “Isso fez com que hoje, qualquer um diga ser psicopedagogo por acharem isso chique, como ser participante de reality show”, diz Maria Cristina Mantovanini na Revista Nova Escola (2012, p.36). “No entanto, a formação de muitos deles se mostra frágil e insuficiente, o que vem desgastando a credibilidade da profissão” (MANTOVANINI, 2012, p. 36).

Com base na fala da autora e de acordo com o que se presencia na realidade atual, fez-se necessário construir este trabalho que vem tematizando o perfil do profissional em psicopedagogia institucional diante das perspectivas atuais com o objetivo geral de buscar teorias que embasem o conceito do perfil profissional do psicopedagogo para atuar com competências na prática psicopedagógica institucional diante das perspectivas atuais, assim como perceber o significado do termo “Psicopedagogia”, a relevância para o mundo atual e a relação com a aprendizagem; analisar o(s) principais campo(s) de atuação do psicopedagogo e que função pode desenvolver esse profissional em cada um desses campos; e, discutir o perfil do trabalho psicopedagógico para a atualidade.

Isto posto está, para amenizar o seguinte problemática: Qual é o perfil do profissional para atuar com competência na prática psicopedagógica institucional atendendo as perspectivas atuais?

1.1 A trajetória histórica da psicopedagogia no Brasil.

Para melhor situar a Psicopedagogia nos dias de hoje, é importante fazer uma breve retrospectiva dos caminhos por ela trilhados, a partir da influência do pensamento educacional brasileiro vigente em cada momento histórico.

Para tanto, inicia-se com o pensamento de Castro e Antonio (2011) dizendo que a psicopedagogia surge no Brasil como uma das respostas aos problemas de aprendizagem dos sujeitos, se estruturando como corpo de conhecimento e se transformando em

campos de estudo multidisciplinares, com o objetivo de resgatar uma visão globalizante do processo de aprendizagem. Apesar da influência de ideias de autores argentinos sobre a psicopedagogia, a preocupação com o problema de aprendizagem teve origem na Europa no século XIX.

O objeto de estudo da psicopedagogia, no início eram os sintomas das dificuldades de aprendizagem como: a desatenção, desinteresse, lentidão, astenia entre outros, com o objetivo de remediar esses sintomas. Mais tarde, quando a psicopedagogia começa a considerar esses sintomas como uma dificuldade inconsciente do paciente, seu objeto de estudo passa a ser o processo de aprendizagem com o objetivo de investigar o significado desse sintoma. A psicopedagogia, a princípio, mantém um caráter médico-pedagógico, sendo estes os integrantes da equipe do Centro Psicopedagógico: psicólogos, médicos, psicanalistas e pedagogos.

Mery (1985, apud SÁ et al, 2010), também acentua dizendo que os Centros Psicopedagógicos, primeira forma de atuação da Psicopedagogia, foram fundados na Europa a partir da segunda metade do século XX, e objetivavam, atender pessoas que apresentavam dificuldades de aprendizagem, apesar de serem inteligentes, por meio de integração de conhecimentos pedagógicos e psicanalíticos. Nos Estados Unidos o mesmo movimento acontecia, enfatizando mais os conhecimentos médicos e dando um caráter mais organicista e essa preocupação com as dificuldades de aprendizagem.

Mas, foi o movimento europeu que acabou por originar a Psicopedagogia, enquanto o movimento americano proliferou a crença de que os problemas de aprendizagem possuíam causas orgânicas e precisavam de atendimento especializado, influenciando parte do movimento da Psicologia Escolar que, até bem pouco tempo, segundo Bossa (1994) , determinou a forma de tratamento dada ao fracasso escolar.

Dando prosseguimento, SÁ et al (2010) enfatiza que, a corrente europeia influenciou a Argentina, que passou a cuidar de

peças com dificuldades de aprendizagem, realizando um trabalho de reeducação. Mais tarde, este acabou sendo o objeto de estudo que contava com os conhecimentos da Psicanálise e da psicologia Genética, além de todo o conhecimento, particularmente os de linguagem e de psicomotricidade, que eram utilizados para melhorar a compreensão das referidas dificuldades.

E, foi via Argentina que o Brasil recebeu influências tanto americanas quanto europeias na formação da identidade da Psicopedagogia. Os conhecimentos adquiridos por diversos profissionais argentinos, por meio de cursos realizados particularmente no sul do país, muito contribuíram para a construção do conhecimento psicopedagógico.

Porém, foi a partir da década de 1960, segundo Scoz (2011), que a categoria profissional dos psicopedagogos começa a expandir-se e organizar-se buscando, inicialmente, as causas do fracasso escolar, através da sondagem de aspecto do desenvolvimento físico e psicológico do aprendiz. Nessa trilha, na década de 70 foi amplamente difundida a ideia de que tais problemas teriam como causa uma disfunção neurológica não detectável em exame clínico chamada de disfunção cerebral mínima (DCM).

Diante dessa concepção de problemas de aprendizagem na escola, foi que no final da década de 70, surgiram os primeiros cursos de especialização em psicopedagogia no Brasil, idealizados para complementar a formação dos psicólogos e educadores que buscavam soluções para esses problemas.

Assim, a partir de 1980, criou-se a Associação Brasileira de Psicopedagogia, com finalidade de promover o aperfeiçoamento de seus associados e a qualidade de sua prática mediante a realização de cursos e de encontros científicos. Além da publicação de um periódico especializado na área. Nesse momento a Psicopedagogia foi difundida como área que estuda e lida com o processo de aprendizagem e suas dificuldades, tendo como objeto de estudo o sujeito do conhecimento, como as instituições e os agentes de transmissão.

2. O significado de “psicopedagogia” e a relevância na atualidade.

Para início de conversa é importante dizer que a palavra psicopedagogia é complexa. Quanto mais se tenta elucidá-la, menos clara ela parece. À primeira vista, o termo sugere tratar-se de uma aplicação da Psicologia à Pedagogia, porém tal definição não reflete que esse termo assume em razão do seu nascimento.

Como diz Lino de Macedo (1992 apud BOSSA, 2011, p. 25):

O termo já foi inventado e assinala de forma simples e direta uma das mais profundas e importantes razões da produção de um conhecimento científico: o de ser meio, o de ser instrumento, para um outro, tanto em uma perspectiva teórica ou aplicada.

Nesse sentido, enquanto produção de conhecimento científico, a Psicopedagogia, que nasceu da necessidade de uma melhor compreensão do processo de aprendizagem, não se basta como aplicação da Psicologia à Pedagogia.

Concordando com a autora, pode-se dizer que a psicopedagogia não é a junção da pedagogia com a psicologia, mas a área do conhecimento que trabalha o processo de ensinar e aprender. Quando se fala desse processo não se deve prender apenas à aprendizagem formal, referindo-se à escola, e sim dar um sentido mais amplo, visto que o ser humano em contato com o outro em qualquer contexto também aprende. Nenhum fator pode ser desconsiderado; família, sociedade e escola sempre farão parte da formação evolutiva de todo indivíduo.

Sá *et al* (2010) também enfatiza sobre o significado de psicopedagogia dizendo que esta se ocupa da aprendizagem humana, que aparece de uma demanda bem clara – o problema de aprendizagem – e evoluiu devido a existência de recursos utilizados para atender essa demanda, constituindo-se numa prática. E como esta ciência se preocupa com o problema de aprendizagem, deve ocupar-se inicialmente em entender o processo de aprendizagem.

Portanto, estuda as características da aprendizagem humana: como se aprende, como essa aprendizagem varia evolutivamente e está condicionada por vários fatores, como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las e preveni-las. Este objeto de estudo, que é um sujeito a ser estudado por outro sujeito, adquire características específicas a depender do trabalho clínico ou preventivo.

Deste modo convém dizer que a Psicopedagogia estuda o processo de aprendizagem a partir da contextualização teórico-prática que advém de pedagogia e de psicologia. A práxis psicopedagógica apresenta propostas educacionais que convidam o ser humano a participar ativamente de seu processo de aprendizagem, o que configura a necessidade de uma mudança qualitativa no ensinar e no aprender.

Ela considera o sujeito, o professor, a família, a escola e a sociedade como partes essenciais de todo esse processo. É uma visão ampla e ao mesmo tempo minuciosa sem focar no que o indivíduo não consegue fazer, mas direcionando o olhar para o que ele tem de melhor, suas habilidades e vontades, interligadas com suas relações com o mundo, priorizando ainda as relações afetivas ocorridas no processo para garantir a criatividade, a espontaneidade e a perseverança do próprio pensante.

Desse modo, a área de abrangência que a Psicopedagogia ocupa parece ser dotada de especificidades que requerem um considerável cuidado. É partindo desse entendimento que no próximo item iniciar-se-á um debate muito mais aprofundado que versa sobre o campo de atuação e/ou a cerca das funções do psicopedagogo.

3. Os principais campos de atuação do psicopedagogo.

O campo de atuação do psicopedagogo transcende ao mero espaço físico em que o trabalho é desenvolvido, ele se forma pelo lugar desse campo de atividade e pelo modo de abordar o seu

objetivo de estudo. Segundo Bossa (2011), esse campo pode assumir características específicas a depender da modalidade: clínica, preventiva e teórica, uma articulando-se às outras. Nessa proposição de articulação, a autora faz uma análise interessante, ao esclarecer que o trabalho clínico não deixa de ser preventivo, uma vez que, ao tratar alguns transtornos de aprendizagem, pode evitar o aparecimento de outros. O trabalho preventivo é sempre clínico, levando em conta a singularidade de cada processo. E, esses dois modos de atuação, não deixam de resultar um trabalho teórico.

E, ao psicopedagogo cabe pesquisar as condições para que se produza a aprendizagem, identificando os empecilhos e os elementos facilitadores numa ordem preventiva. Os encaminhamentos ao consultório psicopedagógico, são feitos, em sua grande maioria, pela instituição. Assim, é sumamente relevante que a psicopedagogia contribua, seja na promoção da aprendizagem, seja no tratamento dos distúrbios e dificuldades nesse processo.

Nesse contexto é benéfico observar a seguinte citação de Bossa (1994, p.23) quando diz:

[...] cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação. Já que no caráter assistencial, o psicopedagogo participa de equipes responsáveis pela elaboração de planos e projetos no contexto teórico/prático das políticas educacionais, fazendo com que os professores, diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e às necessidades individuais de aprendizagem da criança ou, da própria ensinagem.

O psicopedagogo precisa estar preparado para mediar, com todo o dinamismo, as ações pertinentes da parceria entre família, comunidade e escola.

Para tanto, Lomonico (2005, p.19) resume dizendo:

A nível escolar, o psicopedagogo poderá atuar preventiva ou terapêuticamente, dentro ou fora do ambiente escolar. Na instituição:

- Preventivamente, ele atuará junto aos professores, pais e técnicos, de vários modos:
- proporcionando condições para análise e reflexão sobre o papel da escola;
- proporcionando condições para que as situações de ensino sejam percebidas e organizadas de acordo com o desenvolvimento dos alunos, mediante conhecimentos e reflexão sobre as habilidades e princípios que são pré-requisitos para as aprendizagens;
- auxiliando toda a equipe escolar na determinação, escolha e elaboração dos objetivos educacionais, das estratégias de ensino e dos instrumentos de avaliação;
- proporcionando condições para a ação e reflexão sobre os erros dos alunos, a fim de encontrar soluções mais acessíveis para os mesmos.
- Numa linha terapêutica, ele poderá:
- discutir e, se necessário, preparar e/ ou ajudar o professor para a realização de atendimento psicopedagógico a grupo de alunos (5 a 8 anos) ou individualmente;
- participar do diagnóstico dos distúrbios específicos de aprendizagem;
- dar atendimento psicopedagógicos a alunos, quando dispuser de tempo;
- auxiliar o professor na compreensão de problema de aprendizagem e/ ou bloqueios de aprendizagem, de modo que ele levante alternativa de ação para solução dos mesmos.

A fala de Lomonico é salutar, pois deixa transparecer que o trabalho do psicopedagogo em qualquer linha é bastante denso, essencialmente se for considerada a quantidade de questões que estão atreladas à dificuldade de aprendizagem. Porém, o psicopedagogo alcança seus objetivos quando, tendo a compreensão das dificuldades de aprendizagem de determinado ser, consegue meios para ajudá-lo, envolvendo a instituição na busca de condições para amenizar e/ou sanar tal dificuldade. Deste

modo, ele torna-se uma ferramenta poderosa no auxílio da aprendizagem.

Serra (2009), para enfatizar com mais clareza a atuação do profissional psicopedagogo enfatiza que este, na área clínica trabalha com um olhar predominantemente curativo. Seu espaço de trabalho é o consultório e o atendimento individualizado que é a forma mais comum. Já o psicopedagogo institucional que tem olhar predominantemente preventivo atua normalmente em pequenos grupos de alunos, trabalhadores, pessoas em geral em, basicamente, três locais: escola, empresa e no hospital.

Mais adiante, Serra (2009) especifica com mais clareza a atuação desse profissional em cada área dizendo que a Psicopedagogia Institucional Empresarial ocorre nas empresas, e portanto, o psicopedagogo atua procurando melhorar o desempenho dos profissionais que nela trabalham ajudando as pessoas a encontrar o seu potencial para desenvolvê-lo, visando o melhor aproveitamento possível de cada funcionário. Ele colabora com profissionais que apresentem dificuldades de adaptação a novos cotidianos, a novas funções, colabora com os processos de seleção junto aos administradores de empresas e psicólogos empresariais, planejando, em equipe, processos de treinamento que visem ao desenvolvimento dos funcionários e da empresa. Assim, ajuda a superar as dificuldades de relacionamento no grupo, para vencer as fragmentações de setores e desenvolver um trabalho de forma interdisciplinar.

E quanto a Psicopedagogia Institucional Hospitalar esta é pouco conhecida e difundida no Brasil. Mesmo assim o psicopedagogo dessa área deve ter o objetivo de colaborar com o desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes que estejam acamadas ou internadas por longos períodos e, por isso, afastadas dos bancos escolares. Este profissional atua junto ao leito e seu principal objetivo é reduzir as defasagens que o afastamento da escola provocou na criança hospitalizada. Atua no sentido de, no

momento em que o paciente retornar a escola, ele possa acompanhar, da melhor forma possível, a turma.

Na escola pode atuar como Coordenador Pedagógico, ou Orientadores Educacionais, Professores, analisando e assinalando os fatores que favorecem, intervém ou prejudicam uma boa aprendizagem em uma instituição. Ele propõe e ajuda o desenvolvimento dos projetos favoráveis a mudanças, também Psicoprofilaticamente. O profissional pode fazer uma intervenção individualizada, verificar o perfil do indivíduo e ver se ele é condizente com o ambiente em que está inserido. A aprendizagem deve ser olhada como a atividade de indivíduos ou grupos humanos, que mediante a incorporação de informações e o desenvolvimento de experiências, promovem modificações estáveis na personalidade e na dinâmica grupal as quais revertem no manejo instrumental da realidade.

Já o clínico, diagnostica, orienta, atende em tratamento e investiga os problemas emergentes nos processos de aprendizagem. Esclarece os obstáculos que interferem para haver uma boa aprendizagem. Favorece o desenvolvimento de atitudes e processos de aprendizagem adequados. Realiza o diagnóstico-psicopedagógico, com especial ênfase nas possibilidades e perturbações da aprendizagem; esclarecimento e orientação daqueles que o consultam; a orientação de pais e professores, a orientação vocacional operativa em todos os níveis educativos. O psicopedagogo no campo clínico emprega como recurso principal à realização de entrevistas operativas dedicadas a expressão e a progressiva resolução da problemática individual e/ou grupal daqueles que a consultam.

Mesmo assim, o psicopedagogo é um profissional ainda em construção da sua própria identidade, sendo possível considerar que certa representação da profissão está se constituindo por meio das relações concretas entre os sujeitos. Na prática profissional, tem-se projetos como a Lei nº 3.124/97 que ao regulamentar a profissão, confere apontamentos acerca do campo de atuação do

psicopedagogo, destacando os principais itens: Intervenção psicopedagógica; Possibilitar intervenção visando solucionar problemas de aprendizagem; Apoio psicopedagógico aos trabalhos realizados nos espaços institucionais; Atuar preventivamente nos problemas de aprendizagem; Desenvolver pesquisas científicas relativas ao processo de aprendizagem e seus problemas; Oferecer assessoria psicopedagógica aos trabalhos realizados em espaços institucionais; Orientar, coordenar e supervisionar cursos de especialização de Psicopedagogia nos termos da legislação vigente.

4. O perfil do trabalho psicopedagógico para a atualidade.

Para Júlia Eugênia Gonçalves (1997), competência é qualidade de quem é capaz de resolver certo assunto, fazer determinada coisa, implicando em capacidade e habilidade para o exercício de uma função. Competente não é só quem possui uma aptidão, mas quem tem suficiência, propriedade e adequação na tarefa que executa. Afirmações como essas é que instiga a análise do que faz o psicopedagogo, qual é sua tarefa, a fim de que se possa avaliar as competências que dela derivam.

Segundo Gonçalves (1997), o psicopedagogo é um terapeuta que trabalha com uma característica básica do ser humano que é a aprendizagem e a competência do psicopedagogo está, portanto, na difícil tarefa de por em articulação teoria e prática. Para tanto, em complemento a fala da autora e procurando definir sobre o perfil do profissional em psicopedagogia a Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) dispõe de uma legislação específica para direcionar um trabalho com objetivo único. O CÓDIGO DE ÉTICA DO PSICOPEDAGOGO (2011, p. 03) diz que:

Capítulo III – Do exercício das atividades psicopedagógicas

Artigo 6º: Estarão em condições de exercício da Psicopedagogia os profissionais graduados e/ou pós-graduados em Psicopedagogia – especialização “lato sensu” - e os profissionais com direitos adquiridos anteriormente à exigência de titulação

acadêmica e reconhecidos pela ABPP. É indispensável ao psicopedagogo submeter-se à supervisão psicopedagógica e recomendável processo terapêutico pessoal.

[...]

Capítulo IV – Das responsabilidades

Artigo 11: São deveres do psicopedagogo:

- a) manter-se atualizado quanto aos conhecimentos científicos e técnicos que tratem da aprendizagem humana;
- b) desenvolver e manter relações profissionais pautadas pelo respeito, pela atitude crítica e pela cooperação com outros profissionais;
- c) assumir as responsabilidades para as quais esteja preparado e nos parâmetros da competência psicopedagógica;
- d) colaborar com o progresso da Psicopedagogia;
- e) responsabilizar-se pelas intervenções feitas, fornecer definição clara do seu parecer ao cliente e/ou aos seus responsáveis por meio de documento pertinente;
- f) preservar a identidade do cliente nos relatos e discussões feitos a título de exemplos e estudos de casos;
- g) manter o respeito e a dignidade na relação profissional para a harmonia da classe e a manutenção do conceito público.

Com base na citação convém dizer que, os desafios que surgem para o psicopedagogo dentro de seu campo de trabalho relacionam-se de modo significativo. A sua formação pessoal e profissional implicam a configuração de uma identidade própria e singular que seja capaz de reunir qualidades, habilidades e competências de atuação na instituição. Ao psicopedagogo cabe avaliar e identificar os problemas de aprendizagem, buscando conhecê-lo em seus potenciais construtivos e em suas dificuldades, encaminhando-o, quando necessário, para outros profissionais - psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo clínico, neurologista, entre outros, que realizam diagnóstico especializado e exames complementares com o intuito de favorecer o desenvolvimento da potencialização humana no processo de aquisição do saber. No dizer de Alícia (apud ZILIO, 2011, p. 84)

Ser psicopedagogo não tem só que ver com uma postura teórica, como usar um determinado conhecimento teórico, senão [...] que tem que ver principalmente com uma postura ética. Nossa primeira escolha aponta Dosi aspectos implícitos na atitude e identidade do psicopedagogo: o ter conhecimento e o ter ética.

Já Lino (apud ZILIO, 2011, p. 85) diz que:

O psicopedagogo preenche um vazio [...] ele trabalha com conteúdos escolares se ele quiser, ele trabalha com a organização do trabalho da criança, mas num contexto diferente do professor. Ele pode fazer uma análise da questão, da relação professor/aluno, do porquê da criança não aprender, dos distúrbios de aprendizagem, numa ótica que não é nem psicológica, nem pedagógica, porque ele trabalha com outros recursos.

Tomando como base as falas supracitadas, apresenta-se assim, um delineamento da profissão que se alarga e se estende a diferentes funções, mas cuja ética exige um comportamento único e comprometido, fundamentalmente, com a aprendizagem e suas implicações. O psicopedagogo não pode, portanto, partir de conceitos, preconceitos, a priori, estabelecidos pela ciência. A ela cabe construir a ciência psicopedagógica que se movimenta diante de cada nova situação ou fenômeno de aprendizagem.

E, para sintetizar tudo o que já foi dito Neide de Aquino Noffs (2003) na sua obra **Psicopedagogo na rede de ensino: uma trajetória institucional de autores-atores**, esmiúça o perfil do Psicopedagogo que pretende atuar na instituição dizendo que, dentre a várias possibilidades deverá ter a competência de:

- ✓ Compor a equipe técnica-pedagógica estabelecendo um vínculo psicopedagógico;
- ✓ Administrar ansiedades e conflitos, trabalhando com grupos, ocupando um papel nesse grupo, clareando papéis e tarefas;
- ✓ Identificar sintomas de dificuldades no processo ensino-aprendizagem e organizar projetos de prevenção;
- ✓ Criar estratégias para o exercício e resgate da autonomia;

- ✓ Fazer a mediação entre os subgrupos envolvidos na relação ensino-aprendizagem (pais, professores, alunos, funcionários);
- ✓ Transformar “queixas em pensamentos” e levantar hipóteses, criando espaços de escuta, observado, entrevistando e fazendo devolutivas;
- ✓ Utilizar-se de metodologia clínica e pedagógica, mas não realizar fazer avaliação psicopedagógica clínica individual dentro da instituição escolar, porém, pode fazer sondagens, encaminhamentos e orientações;

Diante disto, pode-se dizer que a atuação do Psicopedagogo na instituição visa a fortalecer a identidade, bem como buscar o resgate das raízes dessa instituição, ao mesmo tempo em que procura sintonizá-la com a realidade que está sendo vivenciada no momento histórico atual, buscando adequar essa instituição às reais demandas da sociedade. Durante todo o processo educativo, procura investir numa concepção de ensino-aprendizagem que fomente o desejo de aprender.

Para tanto, o Psicopedagogo estará mobilizado para a construção de espaços concretos de aprendizagem, espaços estes orientados pela visão de processo, através do qual todos os participantes se articulam e mobilizam na identificação dos pontos principais a serem intensificados e hierarquizados, para que não haja ruptura da ação, mas sim continuidade crítica que impulse a todos em direção ao saber que definem e lutam por alcançar, com base na teoria de que a Psicopedagogia é um espaço transdisciplinar que se constitui a partir de uma nova compreensão acerca da complexidade dos processos de aprendizagem e, dentro desta perspectiva, das suas deficiências.

5. Considerações finais.

Diante da pesquisa realizada, é possível certificar que a Psicopedagogia é uma área de atuação que estuda o processo de aprendizagem nos ambientes em que ocorre; exterior ao indivíduo

(metodologias de ensino) e no interior do indivíduo a partir das conexões neurais, das sinapses. Lida com as dificuldades de aprendizagem e no como preveni-las e/ou saná-las. Envolve, no seu corpo teórico, outras ciências, como a Pedagogia, a Psicanálise, Filosofia, Neurologia, Sociologia e Linguística em conformidade com o conceito de que o indivíduo é um ser afetivo, cognitivo e social, simultaneamente.

Ficou percebido que a necessidade de melhor compreender o processo de aprendizagem, comprometido com a transformação da realidade atual, possibilitando contemplar a interdisciplinaridade de forma conjunta, fez com que surgisse a Psicopedagogia. E de acordo com os baixos índices de desempenho apresentados, vê-se que há cada vez mais preocupação com aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem diante do processo considerando normal, e, a psicopedagogia prevê auxiliá-los quando a instituição já não mais possui uma política de intervenção capaz de contribuir para a superação dos problemas de aprendizagem.

E, é neste contexto, que o psicopedagogo, como um profissional qualificado, precisa agir, dando assistência a todos que atuam direta ou indiretamente na instituição para melhoria das condições do processo ensino-aprendizagem, bem como para prevenção dos problemas de aprendizagem, como afirma a autora Lomonico (2005, p.17) na seguinte citação:

Psicopedagogo é o profissional que, reunindo conhecimento de várias áreas e estratégias pedagógicas e psicológicas, torna-se habilitado em lidar com certos fenômenos relativos a não-aprendizagem que ocorrem dentro do âmbito familiar, escolar e comunitário, - que podem ser remediáveis e/ ou prevenidos. Sua formação é, antes de tudo, multidisciplinar e assentada sobre diversas ciências.

Com base na citação, compreende-se que, por meio de estratégias diferenciadas e próprias, o psicopedagogo garante uma intervenção psicopedagógica objetivando solucionar problemas de

aprendizagem em espaços diversos. Em conjunto com a equipe mobiliza a construção de um espaço adequado às condições de aprendizagem de forma a evitar comprometimentos e elege a melhor forma de intervenção com o objetivo de facilitar e desobstruir tal processo.

A atuação e postura do psicopedagogo no atendimento àquele com dificuldades na aprendizagem (adulto ou criança) é a de estimular a expressão pessoal, o desejo de aprender, a vontade de vencer obstáculos, resolver situações problemas, propor jogos que desenvolvam a memória, a percepção visual e auditiva, atividades artísticas que despertem a sensibilidade e criem um ambiente propiciador que o sujeito se sinta valorizado naquilo que ele faz muito bem.

Sobre as áreas específicas de atuação psicopedagógica, destacam-se: a área clínica (também chamada terapêutica) e a área institucional (chamada preventiva).

Numa linha terapêutica, o psicopedagogo trata das dificuldades de aprendizagem, diagnosticando, desenvolvendo técnicas remediativas, orientando pais e professores, estabelecendo contato com outros profissionais das áreas psicológica, psicomotora, fonoaudiológica e educacional, pois tais dificuldades são multifatoriais em sua origem e, muitas vezes, no seu tratamento. Esse profissional deve ser um mediador em todo esse processo, indo além da simples junção dos conhecimentos da psicologia e da pedagogia.

Numa linha preventiva, o psicopedagogo pode desempenhar uma prática docente, envolvendo a preparação de profissionais, ou atuar dentro da própria instituição, a escolar, por exemplo. Na sua função preventiva, cabe ao psicopedagogo detectar possíveis perturbações no processo de aprendizagem; participar da dinâmica das relações da comunidade educativa a fim de favorecer o processo de integração e troca; promover orientações metodológicas de acordo com as características dos indivíduos e grupos; realizar processo de orientação educacional, vocacional e

ocupacional, tanto na forma individual quanto em grupo. Nessa área, o psicopedagogo, atuará na prevenção das ocorrências das dificuldades dentro das instituições escolares, ONGs, empresas, hospitais, em qualquer local onde haja ensino e aprendizagem.

A atuação do psicopedagogo na escola é bem ampla. Ele pode atuar desde a construção do Projeto Político Pedagógico da unidade até as rotinas de sala de aula. É importante, no entanto, que a sua chegada seja dentro de um clima amistoso e que venha a somar em conjunto com os demais profissionais. Afinal, um bom profissional de Psicopedagogia proporrá à escola uma revisão quanto à qualidade do ensino que a escola apresenta, a qualidade do currículo, as metodologias adotadas em sala de aula, as posturas e compromisso do corpo docente, o comportamento dos alunos, e as demais atividades e eventos que se relacionem com a Psicopedagogia.

Na Psicopedagogia Empresarial, o psicopedagogo atua na orientação de ações, na gestão de pessoas, no controle e avaliação de aprendizagens, na seleção e organização de pessoal, no diagnóstico organizacional. O psicopedagogo na empresa contribui no planejamento das aprendizagens favorecendo a qualidade dos processos de recrutamento e treinamento do pessoal interno. A ação do psicopedagogo acontece com a finalidade de mediar a construção e o compartilhamento de conhecimentos incentivando novas formas de relacionamento entre gestores e colaboradores.

Já nos hospitais, trabalha com os pacientes hospitalizados juntamente com a equipe multidisciplinar, tais como, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e médicos. O psicopedagogo dentro dos hospitais pode criar um ambiente de superação visto que tanto a criança quanto o ambiente hospitalar já se encontram “fragilizados”. Portanto, atua na integração das equipes multidisciplinares, colabora com os outros profissionais, orienta o procedimento no trato com o paciente e sua família, elabora diagnósticos sobre as condições de aprendizagem dos “alunos” internados, adapta os recursos psicopedagógicos para o contexto

da saúde e elabora programas terapêuticos de ensino/aprendizagem.

Tudo isso convém resumir que o especialista em Psicopedagogia deve, ainda, sintonizar-se com a evolução do conhecimento, não só em sua área de atuação, mas em todas as disciplinas auxiliares do trabalho psicopedagógico. Deve ter postura crítica e pensamento complexo, saber analisar contextos educacionais, conhecer a realidade do seu país e posicionar-se de forma proativa, demonstrando competência, ética, valores consolidados e responsabilidade social.

Logo, convém dizer que, o profissional em psicopedagogia, quando compreendendo a sua função e agindo com competência, pode fazer um trabalho entre os muitos profissionais, visando à descoberta e o desenvolvimento das capacidades de cada um, bem como pode contribuir para que os alunos sejam capazes de olhar esse mundo em que vivem, de saber interpretá-lo e de nele ter condições de interferir com segurança e competência. Assim, o psicopedagogo não só contribuirá com o desenvolvimento do aprendente, como também a formação do ensinante, contribuindo com a evolução de um mundo que melhore as condições de vida da maioria da humanidade.

6. Referências

BOSSA, Nádia. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

_____. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. – 4. Ed. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

CASTRO, Chary A. Alba; ANTONIO, Marta de Brito. **O Papel do Psicopedagogo na Educação – as contribuições da Psicopedagogia no Processo de aprendizagem do adulto e de Alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental 1 (Estudo de Caso)**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna LTDA, 2011.

CÓDIGO DE ÉTICA DO PSICOPEDAGOGO. Reformulado pelo Conselho da ABPp, gestão 2011/2013 e aprovado em Assembleia Geral em 5/11/2011. Disponível em http://www.abpp.com.br/codigo_etica_psico.pdf

GONÇALVES, Júlia Eugênia. **Competência do Psicopedagogo** (online).1997.Disponível:<<http://www.juliaeugenia.blogspot.com.br/2009/10/competencia-do-psicopedagogo.html>.(capitulado em 14 julho. 2013).

LOMONICO, Circe Ferreira. **Psicopedagogia: teoria e prática.** 2. Ed. – São Paulo: EDICON, 2005.

MANTOVANINI, Maria Cristina. **Se a criança não aprende, muita gente acha mais fácil culpar uma doença.** Revista Nova Escola – Neurociência como ela ajuda a entender a aprendizagem: Abril, ANO XXVII, Nº 253, JUNHO/JULHO, 2012.

NOFFS, Neide de Aquino. **Psicopedagogo na rede de ensino: uma trajetória institucional de atores-autores.** São Paulo: Elevação, 2003.

SÁ, Márcia Souto Maior Mourão; VALLE, Berta de Borja Reis do; DELOU, Cristina Maria Carvalho et al. **Introdução à Psicopedagogia.** 2. Ed – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem /** 17 ed./ Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SERRA, Dayse Carla Gênero. **Teorias e Práticas da Psicopedagogia Institucional** – Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2009.

ZILIO, Marisa Potiens. **Psicopedagogo: perfil profissional em conflito.** Passo Fundo: Méritos, 2011.

Capítulo 02

A interface entre psicopedagogia e psicologia no contexto da orientação vocacional/profissional: construindo projetos de carreira, planos de vida

Shaelene Juditte Oliveira
Moisaniel Oliveira Pinheiro
José Willen Brasil Lima

1. Introdução

O referido artigo apresenta um olhar a respeito da interface existente entre a Psicopedagogia e a Psicologia no contexto da orientação vocacional/profissional enfatizando sempre que ambas são áreas de conhecimento que cuidam da orientação pessoal e profissional do ser humano auxiliando-o sempre nas tomadas de decisões de modo não imperativo, mas possibilitando reflexões e autoconhecimento para a melhor iniciativa decisória e segura. “O que a orientação profissional faz é ajudar a encontrar a profissão que se encaixa em toda realidade e necessidade social, familiar, e mais importante que se encaixe na realidade psicológica da pessoa que está escolhendo sua carreira”. (FAVENI, 2017, p. 01). Nota-se que, diferente do que muitos pensam, é um trabalho pautado na autorreflexão, análise de si mesmo e construção de autonomia decisiva.

“(…), há muitos outros fatores que influenciam a escolha da profissão, gostar ou não de algo é apenas um dos fatores, podemos considerar toda a realidade do momento econômico e a cultura do local onde a pessoa está inserida”. (FAVENI, 2017, p. 03). É nesse

sentido a importância da especialidade da Psicopedagogia e da Psicologia, pois o orientando necessita adquirir uma identidade profissional autônoma que pode ser construída deste muito cedo, já com a entrada do indivíduo na escola. Quando essa identidade autônoma não se solidifica as influências externas podem fazer com que o indivíduo tome decisões poucos (ou não) salutares a sua vida.

Para tanto, este trabalho apresenta uma reflexão sobre o aspecto intercessivo entre a Psicopedagogia e a Psicologia no contexto da orientação vocacional/profissional enfatizando a contribuição dessa interseção para a escolha profissional. Nesse sentido, a referida pesquisa surgiu a partir da seguinte problemática: Qual a relação dialógica existente entre a Psicopedagogia e a Psicologia no contexto da orientação vocacional/profissional partindo do ponto de vista que ambas as áreas são mediadoras para o direcionamento do futuro profissional do ser humano?

Diante disso nasce a temática “A INTERFACE ENTRE PSICOPEDAGOGIA E PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA ORIENTAÇÃO VOCACIONAL/ PROFISSIONAL: construindo projetos de carreira, planos de vida”. E, para fazer face a essa temática as seguintes questões norteadoras foram estabelecidas: 1- Qual o sentido do trabalho da Orientação Vocacional/Profissional e os benefícios da sua atuação no campo da escolha profissional?; 2- Qual é o significado de Psicopedagogia e a sua relevância com a aprendizagem institucionalizada?; 3- Como deve ser compreendido o papel da Psicopedagogia e da Psicologia: orientação vocacional/profissional na tomada de decisões profissionais assim como a interseção existente entre essas duas áreas?

Deste modo, constituiu-se como objetivo geral analisar a relação dialógica existente entre a Psicopedagogia e a Psicologia no contexto da orientação vocacional/profissional compreendendo-as como mediadoras para o direcionamento do futuro profissional do ser humano com base em teorias construtivistas que versam sobre o assunto e possuem concepções inovadoras que vão além de testes padronizados para diagnósticos estereotipados, seguido dos objetivos

específicos: 1- Estabelecer uma breve pesquisa sobre o sentido do trabalho da Orientação Vocacional/Profissional delimitando os benefícios da sua atuação no campo da escolha profissional; 2- Apresentar um estudo analítico sobre o significado de Psicopedagogia e a relevância com a aprendizagem institucionalizada; 3- Discutir o papel da Psicopedagogia e da psicologia: orientação vocacional/profissional na tomada de decisões profissionais percebendo a interseção existente entre essas duas áreas.

Diante disso utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica, a partir de livros e outros meios em uma abordagem analítico-discursiva que ora fazem conexões entre ideias de autores distintos em que se destacam a Faculdade Faveni (2017c) na coletânea Testes em orientação profissional, discorrendo sobre a função do Orientador Profissional e sugerindo alguns testes para utilização; Bossa (2011) no livro A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática, esclarecendo o significado do termo Psicopedagogia; Lomonico (2005) no livro Psicopedagogia: teoria e prática, fazendo a distinção entre os campos de atuação da Psicopedagogia; e, Valore (2008), falando sobre a problemática da escolha profissional, as possibilidades e compromissos da ação psicológica.

Assim sendo, para melhor organização do estudo aqui descrito, o presente texto é constituído por cinco tópicos interligados estando organizado da seguinte forma: Tópico 1: Introdução; Tópico 2: Orientação Vocacional/Profissional: delimitando o sentido; Tópico 3: O significado de psicopedagogia e a relevância com a aprendizagem institucionalizada; Tópico 4: A Psicopedagogia e a psicologia: orientação vocacional/profissional na tomada de decisões; Tópico 5: Conclusão, trazendo uma análise da pesquisa realizada.

Logo, espera-se que todas as discussões postas em pauta possam contribuir de forma significativa para fomentar o entendimento da relação intrínseca existente entre a Psicopedagogia e a Psicologia no contexto da orientação vocacional/profissional podendo compreendê-las como

mediadoras para o direcionamento do futuro profissional, seja ele estudante ou já profissionalizado, com base nas ideologias que vão além de testes padronizados para diagnósticos clínicos sintéticos.

2. Orientação vocacional/profissional: delimitando o sentido.

Para início de conversa, vale ressaltar que, como vários outros serviços, a orientação vocacional/profissional, nos moldes que se tem hoje, surgiu há muito tempo e passou por várias transformações e mudanças. Porém, essas mudanças fizeram-se necessárias para que o serviço tomasse a qualidade e a competência necessárias para garantir a credibilidade e o espaço alcançado no meio social na atualidade, seja nos grupos de adolescentes, jovens e adultos. Em ambas essas clientelas, percebe-se a necessidade de profissionais especialistas para o direcionamento e orientações a respeito da escolha da profissão.

A Orientação Profissional surgiu enquanto serviço com a finalidade de elevar a produção industrial. Ela se iniciou na Europa no século XX, no Centro de Orientação Profissional de Munique, no ano de 1902, onde seu objetivo era identificar trabalhadores inaptos para ocupar algumas funções, e através disso evitar acidentes de trabalho (CARVALHO, 1995; SPARTA, 2003 APUD OLIVEIRA e PESSOA, 2013, p. 04).

Percebe-se, no entanto, que o significado do termo Orientação Profissional nasceu muito divergente do sentido nos dias atuais, pois hoje a coletânea Dinâmicas de Grupo em Orientação Profissional e de Carreira da Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI (2017a) discorre sobre a orientação profissional dizendo que em muitos casos também é conhecida como orientação vocacional, e esta, por sua vez, pode ser compreendida como um serviço especializado que oferece subsídios para ajudar os orientandos na escolha de sua futura profissão. Esse serviço pode incluir atendimentos individuais, que

propiciam o autoconhecimento, a informação profissional, o estabelecimento dos principais elementos que podem ser considerados para a escolha e a construção de um projeto de vida pessoal e profissional. O conceito de carreira também é trabalhado, de forma que o indivíduo seja capaz de compreender que esta é derivada de uma série de escolhas ao longo da vida.

Contudo, pode-se dizer que a orientação profissional pode ser entendida como o suporte para as pessoas encontrarem o seu direcionamento como cidadãos e como profissionais realizados. Assim, as atividades desenvolvidas por esse serviço para adolescentes, jovens e adultos podem ser entendidas como uma forma de fomentar a curiosidade para a vida profissional e apresentar um leque de profissões a fim de fazer perceber com qual delas a pessoa se identifica.

Isso se faz necessário por se entender que, para muitas pessoas escolher uma profissão nos dias de hoje não é tarefa fácil, o que, ao mesmo tempo, é necessário, pois numa era em que a tecnologia e a ciência avançam de forma significativa, o jovem demonstra interesse em obter maiores informações sobre as novas opções de trabalho, mercado, cursos, faculdades, dentre outros. Além de tudo, faz-se necessário também as pessoas conhecerem a si mesmo, refletirem sobre seus gostos, terem uma visão de mundo e sobre o que almejam para o futuro, pensando em planejamento de vida pessoal concomitante a um projeto de carreira profissional.

A orientação vocacional/profissional sociohistórica visa trabalhar os aspectos internos e externos envolvidos na escolha, considerando uma sociedade em constante transformação, em que as profissões mudam de características e surgem constantemente novas especializações. (FAVENI, 2017b, p. 20)

A postura do orientador profissional seria de facilitador, que cria os meios pelos quais o indivíduo pode analisar suas opções profissionais, frente às suas opções pessoais e tomar sua decisão de forma consciente e tranquila. (FAVENI, 2017c, p.14)

É importante ficar claro que, de acordo com os estudos realizados, o processo de orientação profissional não terá como caráter influenciar a toma de decisões nem ao menos dizer se é esta ou aquela profissão que o orientando deve seguir, mas em contribuir para que ele possa perceber a si mesmo para ter condições de decidir por si só, levando em consideração todos os aspectos pessoais, familiares e sociais. Quais os valores da família e do meio onde vive e como isso influenciará a escolha de sua carreira - de forma benéfica ou não? Nesse sentido a importância da orientação profissional está mais atrelada à economia de tempo - impedindo que alguém fique anos em cursos ou profissões que não se adequem à ele, e financeira - pois entrar em um curso para depois deixá-lo pela metade, ou mesmo depois que concluiu, pode ser muito caro.

A FAVENI, ainda na coletânea Testes em Orientação Profissional (2017c) complementa dizendo que acredita que para um conjunto de habilidades que um indivíduo possui, existe um conjunto de opções profissionais em que ele poderia se dar muito bem, é por isso a importância de se considerar os valores, aspirações, nível socioeconômico e o estilo de vida que o indivíduo deseja ter, porém, muitas dessas informações podem não ser acessadas pelos testes tradicionais. Esse é um dos motivos nos quais os orientadores têm se apoiado para abolir o uso de testes e mudar sua intervenção junto às pessoas que precisam identificar a melhor profissão a seguir. Deste modo, entende-se que o processo de orientação profissional consistir em etapas: 1- Autoconhecimento; 2- Conhecimento da realidade profissional e 3- Apoio à tomada de decisão.

Em síntese, convém dizer que a função da orientação vocacional/profissional está em oferecer mecanismos ao indivíduo para se autoconhecer, como também possibilitar a identificação de seus interesses e definição de seu projeto de vida como cidadão crítico na sociedade. É função, ainda esclarecer situações, sensibilizar e associar a problemática do indivíduo, frente a escolha de seu futuro, com o meio histórico-social e o seu cotidiano de vida. Logo, fica claro que a inserção do ser humano na sociedade

atual pode está diretamente relacionada ao trabalho, na qual, a orientação profissional/vocacional serve como ponte para possibilitar a melhor decisão sobre a profissão almejada, e por sua vez contribuir positivamente para o exercício da futura profissão.

3. O significado de psicopedagogia e a relevância com a aprendizagem institucionalizada.

Para início de conversa é importante dizer que a palavra psicopedagogia é complexa e quanto mais se tenta elucidá-la, menos clara ela parece. À primeira vista, o termo sugere tratar-se de uma aplicação da Psicologia à Pedagogia, porém tal definição não reflete que esse termo assume em razão do seu nascimento.

Como diz Lino de Macedo (1992 apud BOSSA, 2011, p. 25):

O termo já foi inventado e assinala de forma simples e direta uma das mais profundas e importantes razões da produção de um conhecimento científico: o de ser meio, o de ser instrumento, para um outro, tanto em uma perspectiva teórica ou aplicada.

Nesse sentido, enquanto produção de conhecimento científico, a Psicopedagogia, não se basta como aplicação da Psicologia à Pedagogia. Ela não é a junção da pedagogia com a psicologia, mas a área do conhecimento que trabalha o processo de ensinar e aprender. Está mais para a interseção entre essas duas e mais outras áreas, o que elas não deram conta de contemplar no sentido da aprendizagem humana. Por essa falta de compreensão, percebe-se muitos pessoas comentado que o psicopedagogo estaria invadindo o campo de atuação do psicólogo ou de outros profissionais.

Sá et al (2010) também enfatiza sobre o significa de psicopedagogia dizendo que esta se ocupa da aprendizagem humana e evoluiu devido a existência de recursos utilizados para atender essa demanda, constituindo-se numa prática. E como esta ciência se preocupa com o problema de aprendizagem, deve ocupar-se inicialmente em entender o processo de aprendizagem.

Portanto, estuda as características da aprendizagem humana: como se aprende, como essa aprendizagem varia evolutivamente e está condicionada por vários fatores, como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las e preveni-las. Este objeto de estudo, que é um sujeito a ser estudado por outro sujeito, adquire características específicas a depender do trabalho clínico ou preventivo.

Deste modo convém dizer que a Psicopedagogia considera o sujeito, o professor, a família, a escola e a sociedade como partes essenciais de todo esse processo. É uma visão ampla e ao mesmo tempo minuciosa sem focar no que o indivíduo não consegue fazer, mas direcionando o olhar para o que ele tem de melhor, suas habilidades e vontades, interligadas com suas relações com o mundo, priorizando ainda as relações afetivas ocorridas no processo para garantir a criatividade, a espontaneidade e a perseverança do próprio pensante.

Deste modo, convém enfatizar que o campo de atuação do psicopedagogo transcende ao mero espaço físico em que o trabalho é desenvolvido, ele se forma pelo lugar desse campo de atividade e pelo modo de abordar o seu objetivo de estudo. Segundo Bossa (2011), esse campo pode assumir características específicas a depender da modalidade: clínica, preventiva e teórica, uma articulando-se às outras.

Neste caso, o psicopedagogo precisa estar preparado para mediar, com todo o dinamismo, as ações pertinentes da parceria entre família, comunidade e escola e assim melhor contribuir na inter-relação entre ambas fazendo com que a escola considere o currículo escolar, inclusive o currículo oculto, tornando-se significativa para o mundo lá fora e assim possa cumprir com mais eficácia sua função social.

Lomonico (2005, p.19) enfatiza sobre a atuação do psicopedagogo na instituição:

- Preventivamente, ele atuará junto aos professores, pais e técnicos, de vários modos:
- proporcionando condições para análise e reflexão sobre o papel da escola;
- proporcionando condições para que as situações de ensino sejam percebidas e organizadas de acordo com o desenvolvimento dos alunos, mediante conhecimentos e reflexão sobre as habilidades e princípios que são pré-requisitos para as aprendizagens;
- auxiliando toda a equipe escolar na determinação, escolha e elaboração dos objetivos educacionais, das estratégias de ensino e dos instrumentos de avaliação;
- proporcionando condições para a ação e reflexão sobre os erros dos alunos, a fim de encontrar soluções mais acessíveis para os mesmos.

Serra (2009) também enfatiza os diversos campos de atuação do psicopedagogo e destaca que na área institucional ele deve ter olhar predominantemente orientador-preventivo atua normalmente em pequenos grupos de alunos, trabalhadores, pessoas em geral em, basicamente, três locais: escola, empresa e no hospital. Destaca ainda que na escola pode atuar como Orientadores Educacionais analisando e assinalando os fatores que favorecem, intervém ou prejudicam as oportunidades de aprendizagem em uma instituição. O profissional pode fazer uma intervenção individualizada, verificar o perfil do indivíduo e ver se ele é condizente com o ambiente em que está inserido. A aprendizagem deve ser olhada como a atividade de indivíduos ou grupos humanos, que mediante a incorporação de informações e o desenvolvimento de experiências, promovem modificações estáveis na personalidade e na dinâmica grupal as quais revertem no manejo instrumental da realidade.

Diante disto, pode-se dizer que a atuação do Psicopedagogo na instituição visa a fortalecer a identidade, bem como buscar o resgate das raízes dessa instituição (que pode ser a escola ou os subgrupos dentro dela), ao mesmo tempo em que procura sintonizá-

la com a realidade que está sendo vivenciada no momento histórico atual, buscando adequar essa instituição às reais demandas da sociedade. Durante todo o processo educativo, procura investir numa concepção de ensino-aprendizagem que fomente o desejo de aprender e mais tarde transformar esse aprendizado em subsídios de vivência social. Outrossim, pode-se dizer que a Psicopedagogia é um espaço transdisciplinar que se constitui a partir de uma nova compreensão acerca da complexidade dos processos de aprendizagem e construção da vida e planos de vida.

4. A psicopedagogia e a psicologia: orientação vocacional/profissional na tomada de decisões.

Falar em orientação educativa do ser humano para a escolha do futuro é hoje um tanto gratificante, pois os profissionais que lidam com a aprendizagem sabem o quanto se faz necessário que haja estratégias que abordem este tema com os orientandos desde muito cedo, a fim de que cresçam tendo o conhecimento dos campos profissionais e pessoais existentes, suas dificuldades, bem como possibilidades para compô-los de maneira eficaz e prazerosa para que sua escolha seja compatível com aquilo que realmente almejam.

Deste modo, colocar em pauta um trabalho de parceria entre as duas áreas em questão colabora para um estudo voltado para a avaliação e a compreensão dos fatores envolvidos no processo de aprendizagem com ênfase na relação do sujeito com as suas realizações e de como isto pode ser articulado com os demais fatores que influenciam nas tomadas de decisões pessoais e profissionais existentes, bem como discutir as possíveis formas de inserção deste trabalho nas escolas e em outros ambientes educativos. Já que:

(...) a Psicopedagogia nasceu da preocupação do(a) professor(a) em compreender as aprendizagens de seus alunos e por isso dizemos que aquele(a) que ensina se encontra na gênese da Psicopedagogia, a qual nasceu com uma função específica de

compreender as dificuldades de aprendizagem, mas se foi configurando através destes anos como uma área parceira, da família e da escola, para a compreensão do ser que aprende, do processo ensino/aprendizagem e dos transtornos que podem aparecer neste processo, assim como para ação sobre estes aspectos relacionados ao ensino e à aprendizagem. (BARBOSA, 2009, p.10)

E, complementando, Valore diz:

Entendo a orientação vocacional como uma tarefa clínica, cujo objetivo é acompanhar a um ou mais sujeitos na elaboração de suas reflexões, conflitos e antecipações sobre seu futuro, para tentar a elaboração de um projeto pessoal que inclua uma maior consciência de si mesmos e da realidade socioeconômica, cultural e ocupacional que permita aos orientandos aprender a escolher um estudo ou ocupação e preparar-se para desempenhá-lo. Esta ideia de orientação vocacional leva os orientandos a considerarem, em primeiro lugar, a construção de si mesmos, antes que a escolha eventual de uma ou outra profissão, dado que é a partir do esclarecimento de quem se é e aonde se deseja chegar que se depreende o que se quer fazer (MÜLLER, 1988 APUD VALORE, 2008, P. 67)

Assim, diante das inúmeras indecisões que perpassam pelo seio dos sistemas escolares, por profissionais e alunos de qualquer faixa etária, mas principalmente pelos jovens que ainda não possuem uma maturidade cognitiva para a tomada de decisões, e levando em consideração as citações acima, justifica-se a necessidade de parcerias entre a Psicopedagogia e a Psicologia: orientação vocacional/profissional, por se entender que essas duas áreas são áreas que se complementam quando o assunto é a escolha profissional.

Tudo isso porque a Psicopedagogia, em primeira mão, se preocupa com os padrões normais e patológicos da aprendizagem humana procurando fazer com que o indivíduo encontre a melhor forma para aprender de forma autônoma e decisória, ao mesmo tempo em que a Psicologia: orientação vocacional/ profissional

fomenta reflexões para que o indivíduo tenha a competência necessária para entender seu perfil pessoal e assim tomar a melhor decisão no campo profissional. É nesse sentido que um eixo comum se torna visível que é o amadurecimento interno para permitir o avanço do conhecimento fortalecendo o aperfeiçoamento nas melhores escolhas. Em uma caracterização cronológica, pode-se dizer que, começaria pela Psicopedagogia e finalizaria com a Psicologia: orientação vocacional/ profissional.

Todas essas discussões levam ao entendimento de que o diálogo entre a Psicopedagogia e a Psicologia: orientação vocacional/profissional pode ofertar ao orientando um curso de vida mais seguro com relação a tomada de decisões, pois insere-o em um contexto privilegiado de reflexões internas e externas que contribuem para o exercício da escolha. Além do mais, em um olhar essencialmente preventivo, essa parceria e inter-relação de completude poderá ser desenvolvido em diversos ambientes em que envolve as relações interpessoais. Assim, vislumbra-se a amplitude da parceria para o campo de orientar profissionalmente congregando em sua complexidade aspectos referentes à saúde mental, à educação e ao trabalho e que resgata e integra, portanto, os diferentes conhecimentos relacionados às duas áreas em questão.

Logo, é nesse contexto em que o orientando, seja ele adolescente ou adulto, aluno ou profissional, enfrenta uma pluralidade de mudanças quando o assunto é escolha profissional, é que o trabalho profissional que se inicia com a Psicopedagogia e se prossegue com a Psicologia demonstra uma eficácia evidente, pois esse pode ajudar esse sujeito na elaboração de conflitos e dar-lhe uma orientação profissional de acordo com o seu eu havendo uma condição de escolha consciente, pois o papel dos profissionais estão voltados para auxiliar o orientando a reconhecer suas habilidades, necessidades, dificuldades, circunstâncias frente a escolha da profissão nesse estágio de vida. Uma decisão que não nasce como um dom e que por isso precisa ser exercitada a partir

do norteamento de profissionais com competências e habilidades técnicas para auxiliar.

5. Considerações finais.

O presente artigo foi construído à luz das teorias construtivistas de carreira profissional, apresentando discussões resultantes de estudos e pesquisas a respeito da parceria necessária entre a Psicopedagogia e a Psicologia no sentido da orientação vocacional/ profissional para a escolha do futuro. Pode-se entender que a orientação vocacional por alguma área profissional não é um dom nato do ser humano, mas habilidades adquiridas no curso da vida de acordo com diversos fatores que compõe o ciclo da vida humana, entre eles estão a família, os amigos, o meio social entre outros.

Durante as leituras, ficou percebido que, geralmente em alunos que concluem a educação básica, as dúvidas e incertezas na escola da carreira profissional estão muito presentes e que quando não orientados, pode causar a escolha errônea da profissão, vindo a causar desistência do curso escolhido ou da carreira profissional ou até mesmo profissionais frustrados para toda a vida. E, na medida em que aumenta o mundo das profissões na atualidade, aumenta também a necessidade de descobrir as aptidões profissionais e de que modo se adequam às várias oportunidades de escolha vocacional.

Nesse sentido a orientação vocacional/profissional se mostra com um papel inevitável na vida do ser humano no sentido de fomentar um reencontro em si mesmo e redirecionarem sua carreira seja pessoal ou profissional. Neste caso, o profissional de orientação profissional deverá contribuir para o aprimoramento decisório dos orientandos, informando, avaliando e aconselhando, trabalho este que não se consome em apenas num momento pontual, mas como um processo contínuo de reajustes que acompanha o indivíduo ao longo de toda a sua vida ativa.

Deste modo, vale frisar que a escolha profissional reflete-se no desenvolvimento do ser humano e não é fixa, pois sofre modificações durante todos os momentos, necessitando por isso de constantes reajustes e reconstruções. As opções dos orientandos para com as atividades profissionais devem ocorrer com base numa decisão autônoma e fundada na elaboração pessoal de variadas informações sobre o próprio sujeito, sobre os exercícios profissionais existentes e suas respectivas possibilidades de atuação no mercado de trabalho.

Nesse sentido é que se percebeu que a parceria entre Psicopedagogia e Psicologia é indispensável quando o assunto é orientação vocacional/profissional, pois são áreas de conhecimento que perpassam por toda a vida do ser humano seja no meio acadêmico, seja no meio social. Em síntese essas áreas trabalham com reflexões sobre o comportamento, construção da identidade, autonomia na tomada de decisões, ou seja, com a aprendizagem humana para se viver em sociedade. Trabalho de orientação que poderia iniciar pela Psicopedagogia e ser concluído com o olhar da Psicologia.

Neste ato, vale considerar que a função básica do conselheiro vocacional é orientar o futuro de carreira do orientando. Esse futuro fixado no presente da vida do indivíduo e tem relação com todas as suas características já que o ser humano parte de aspectos subjetivos para construir/projetar o futuro, sendo o ponto de partida a percepção da personalidade, dos valores pessoais, interesses e capacidades tendo consciência que projetar o futuro está diretamente ligado à construção de significado para o indivíduo, dependendo das suas motivações, valores, interesses e conhecimentos prévios. Esse futuro, para ser significativo, deverá conter qualidades pessoais e ir ao encontro das aspirações e valores de cada um. A intervenção de carreira poderá, então, ser definida como um processo, no qual se realizam atividades para promover as aptidões do sujeito, com o intuito de facilitar as suas decisões de carreira.

Conclui-se, portanto que, quando o assunto é escolha profissional, pode-se dizer que hoje em dia, torna-se mais difícil tomar decisões relativamente ao futuro profissional, uma vez que a humanidade vem sendo confrontada diariamente com a problemática do (des)emprego, ou melhor, com sua permanência no local de trabalho ao longo da vida. Neste ato a “parceria” surge no sentido de constituir um processo de tomada de decisão de carreira orientada por um profissional especializado. O profissional terá como missão auxiliar o jovem a executar o seu planejamento de carreira, a aumentar o seu autoconhecimento, a definir valores e interesses, a analisar as suas capacidades e a explorar as diversas possibilidades escolares e profissionais, de modo a tomar uma decisão vocacional consciente e mais informada possível.

Logo, é possível afirmar que os objetivos propostos foram alcançados com sucesso, ao mesmo tempo em que se acredita que este trabalho vem contribuir para o conhecimento dos especialistas da área, contribuindo para uma forma de melhor lidar com a questão da orientação vocacional/profissional com um olhar competente e construtivo, com a premissa de que a orientação vocacional/ profissional constitui um método, e por meio do qual são oferecidas indicações/orientações, por um especialista, acerca dos planos e projetos de carreira possíveis, levando em conta todos os aspectos referidos, a partir dos quais o orientando poderá tomar a sua própria decisão, podendo fazer reajustes durante toda a sua vida.

6. Referências

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **Psicopedagogia: um diálogo entre a psicopedagogia e a educação.** 3^a ed. ver. e ampl. Curitiba: Bolsa Nacional do Livro, 2009.

BOSSA, Nádia. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.** - 4. Ed. - Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - FAVENI, Núcleo de pós-graduação e extensão. **Dinâmicas de Grupo em Orientação Profissional e de Carreira.** Apostila de Estudo do Curso de Pós-graduação em Psicologia: orientação vocacional/profissional. FAVENI. Espírito Santo – SC. 2017a.

FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - FAVENI, Núcleo de pós-graduação e extensão. **Perspectivas históricas e enfoques teóricos clássicos e modernos em Orientação Profissional e de carreira.** Apostila de Estudo do Curso de Pós-graduação em Psicologia: orientação vocacional/profissional. FAVENI. Espírito Santo – SC. 2017b.

FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - FAVENI, Núcleo de pós-graduação e extensão. **Testes em orientação profissional.** Apostila de Estudo do Curso de Pós-graduação em Psicologia: orientação vocacional/profissional. FAVENI. Espírito Santo – SC. 2017c.

LOMONICO, Circe Ferreira. **Psicopedagogia: teoria e prática.** 2. Ed. – São Paulo: Edicon, 2005.

OLIVEIRA, Natália de Quadros; PESSOA, Roberto Calmon. **A importância da orientação profissional para o direcionamento de carreira na adolescência.** 2013. 15f. TCC/ Artigo (Bacharelado em Psicologia) – Centro Universitário Jorge Amado, UNIJORGE, Salvador-BA, 2013. Disponível em: [www. Psicologia.pt](http://www.Psicologia.pt). ISSN 1646-6977.

SÁ, Márcia Souto Maior Mourão; VALLE, Berta de Borja Reis do; DELOU, Cristina Maria Carvalho et al. **Introdução à Psicopedagogia.** 2. Ed – Curitiba: Iesde Brasil S.A., 2010.

SERRA, Dayse Carla Gênero. **Teorias e Práticas da Psicopedagogia Institucional** – Curitiba: Iesde Brasil S. A., 2009.

VALORE, LA. **A problemática da escolha profissional: a possibilidades e compromissos da ação psicológica.** SILVEIRA, AF., et al., org. Cidadania e participação social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 66-76. ISBN: 978-85-99662-88-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

Capítulo 03

A psicologia educacional e a indisciplina no contexto escolar: ressignificar conceitos e superar desafios

José Willen Brasil Lima
Moisaníel Oliveira Pinheiro

1. Introdução.

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a problemática da indisciplina em sala de aula e as contribuições que a Psicologia Educacional pode ofertar no sentido de trabalhar os desafios encontrados. A priori, havia a ideia de pesquisar instrumentos da Psicologia Educacional que possibilitassem ao educador a confrontação à indisciplina em sala de aula. Porém, mais adiante, com base nas pesquisas realizadas, veio a necessidade do conhecimento do conceito de indisciplina e de disciplina para poder ressignificá-las e ao mesmo tempo transformá-las em matérias-primas nas propostas pedagógicas, já que as observações realizadas no cotidiano escolar e as inúmeras queixas e indagações de profissionais quanto às dificuldades para amenizar os conflitos em sala de aula e melhorar as condições de acesso do aluno no processo de ensino e aprendizagem geram os seguintes questionamentos:

- Que significados poderão ser atribuídos aos termos: Disciplina e indisciplina?
- Como está sendo vista a indisciplina no contexto educacional?

- Qual a relação da psicologia educacional com os desafios encontrados nas escolas?
- Quais as contribuições, os limites e as possibilidades da Psicologia Educacional para com a Disciplina/Indisciplina no contexto escolar?

No dia-a-dia do contexto escolar, se forem observadas as conversas entre professores no que tange ao assunto, observam-se que falas se repetem numa tentativa de justificar: notas baixas, recuperação, falta de aprendizado e mínima atenção às aulas, apontando a indisciplina como fator inibidor do aprendizado, um empecilho à prática docente, oriunda de má formação/educação familiar. No geral, a indisciplina, sob a ótica docente, despeja todo o peso da responsabilidade sobre o educando e sua família, pois o que está em questão é o comportamento inadequado em sala de aula, o desrespeito à figura do mestre que tem o objetivo de "Ensinar" para poder "Aprender".

Nesse sentido, Vichessi (2009, p.79) enfatiza que: "Por trás desse problema – visto pelos professores como um dos principais entraves da boa educação –, há a falta de conhecimento sobre o tema e de adequação das estratégias de ensino".

Assim, o autor sugere que a indisciplina escolar pode estar além de um simples comportamento inadequado, ou má educação dos alunos e pode estar associada a questões políticas pedagógicas do funcionamento do sistema educacional e que para uma possível resolução das problemáticas seriam necessários estudos minuciosos sobre as causas e não sobre os efeitos.

Com isso, objetivou-se com este trabalho ressignificar o termo indisciplina desmistificando o que de fato vem a originá-la com base em teorias construtivistas do processo educativo que versam sobre o assunto com uma nova concepção de educação participativa e com um olhar da psicologia educacional enfatizando o potencial da indisciplina em benefício do aprendizado e do desenvolvimento cidadão.

Para tanto, utilizou-se do método da pesquisa bibliográfica, a partir de livros e outros meios, em uma abordagem analítico-

discursiva que ora fazem conexões entre ideias de estudiosos distintos como Lopes (2005), Tiba (2013), Vinha (2009) entre outros, com práticas pedagógicas vivenciadas procurando sempre compreender as causas, as consequências e o significado da indisciplina para redimensioná-la a uma aprendizagem salutar.

Por conseguinte, é benéfico dizer que a escola precisa cada dia mais criar subsídios que promovam a aprendizagem e amenizem o problema da indisciplina, já que esta pode estar relacionada a vários elementos que são importantes na efetivação da aprendizagem. Estes fatores influenciam de forma negativa (se forem mal estabelecidos) ou positiva (se forem bem trabalhados) no ensino e aprendizagem: os problemas familiares; os da própria criança, tipo de prática pedagógica utilizada pela escola, os problemas culturais, as frustrações, entre outros. Não se pode culpar somente os alunos pela indisciplina, precisa-se buscar o porquê de cada comportamento, investigar as causas disciplinares, em seus vários aspectos, para só assim poder conceituar cada atitude e trabalhá-la com um foco educativo e construtivista-social.

2. (In)disciplina: compreender para conceituar.

Ao analisar a sociedade atual, percebe-se que ela vem constantemente se defrontando com diversos dilemas éticos, tais como o roubo, o uso de drogas, a vida sexual precoce, a gravidez na adolescência, e o mais comum e que se destaca na maioria das famílias e escolas, a indisciplina. O caso da indisciplina tem tirado o sono de muitos pais, gestores escolares, educadores. Talvez um dos grandes desafios da atualidade seja a construção de limites e da ética nas relações humanas. Porém, para intervir, é preciso compreendê-la e, antes de tudo, defini-la.

E, para início de conversa, faz-se necessário destacar duas falas essenciais sobre o termo disciplina (neste ato entendida como o oposto da indisciplina) que darão suporte a discussão. Ao

conceituar o termo disciplina Borba (2011, p.443) diz que é: "1- Comportamento metódico segundo os princípios da ordem e da obediência. [...]"; "3-Observância estrita das regras de uma organização". E complementando a fala de Borba, Tiba (2013, p.18) diz:

Disciplina não é a obediência cega às regras, como um adestramento, mas um aprendizado ético, para se saber fazer o que deve ser feito, independentemente da presença de outros. Aliada à ética, a disciplina gera confiança mútua nas pessoas – um dos fortes componentes do amor saudável que traz progresso à humanidade.

Partindo da ideia da primeira fala, pode-se dizer que a disciplina consiste num dispositivo e num conjunto de regras de condutas destinadas a garantir diferentes atividades num lugar de ensino, deve orientar as regras, as leis e o bem comum, a fim de conduzir ao benefício permanente do indivíduo e da sociedade em um determinado ambiente e contexto social. Isso parece bem simples; no entanto, a desobediência a essas regras implicaria infração, insubordinação ou indisciplina. Porém, Tiba, ao complementar com sua opinião deixa claro que a indisciplina é um problema que deve ser analisado a partir de como está ocorrendo o processo, destacando para tanto os aspectos cognitivos, afetivos, morais, sociais e psicológicos, além dos físicos nos quais também se inclui o espaço escolar. Desta forma, é necessário analisar o problema, a partir dos vários fatores que se relacionam com a aprendizagem para daí então se conceituar como disciplina ou indisciplina.

Vinha (2009) e Tiba (2013) compartilham da ideia de que, os termos disciplina e indisciplina não podem ser pensados de forma isolados, mas precisam ser pensados analiticamente dentro de um contexto levando em consideração as características de cada um dos envolvidos, tais como: a idade do indivíduo, o meio de onde é oriundo, os valores, as crenças, além das características do

ambiente, pois cada situação está carregada de informações que é próprio dela. Isso faz com que cada indivíduo carregue consigo costumes e hábitos específicos. Lopes (2005, p.46), ainda complementando diz "O conceito varia de acordo com cada situação, com o tipo de aula a ser dado e até mesmo com o perfil do professor"

Dentro desse contexto, pode-se dizer que a disciplina pode ser prejudicial quando é entendida por um único olhar fazendo com que impeça o indivíduo de exercer seu livre-arbítrio, sua potencialidade crítica, sua capacidade de questionar e propor suas ideias, ainda que elas sejam diferentes da ideia da maioria das pessoas; quando a disciplina formata e cerceia o pensar, ela se coloca como ditadora. É com esse ponto da disciplina que se deve ter cuidado ao exercer a aplicação das regras, pois punir parece ser mais fácil do que permitir a mudança dos paradigmas. Por isso, entende-se que a disciplina deve ser compreendida como elemento de construção e permissão à desconstrução de paradigmas, sem quebrar regras que infrinjam as leis, mas que proporcionem à pessoa senso crítico e participativo na convivência social e transformadora.

E, para concretizar essa ideia, Vichessi (2009, p.79) afirma:

Se a repreensão funcionasse, a indisciplina não seria apontada como o aspecto da Educação com o qual é mais difícil lidar em sala de aula, [...] (p.83). Da mesma forma que os conflitos não vão deixar de existir na vida em comunidade – no contexto escolar, especificamente, eles também não vão desaparecer. Saber lidar com eles faz com que você consiga trabalhar melhor. Ensinar o tema aos alunos também é uma tarefa sua (p.79). As questões ligadas à moral e à vida em grupo devem ser tratadas como conteúdos de ensino. Caso contrário, corre-se o risco de permitir que as crianças se tornem adultos autoconcentrados e indisciplinados em qualquer situação, incapazes de dialogar e cooperar. (p. 80).

A partir dessas discussões, convém dizer que ao tematizar o termo disciplina, deve-se compreendê-la como agradável e necessária, pois não pode ser vista como um instrumento apenas para punir, mas para apontar o caminho de regras que possibilitam melhor relação em sociedade; é possível ter disciplina, aplicar a disciplina, sem ter apenas o viés de um adestramento, de um vigiar ou de um punir.

E, por conseguinte, conclui-se dizendo que a indisciplina não tem apenas características negativas, de bagunça e desordem; é capaz de construir saberes e desenvolver talentos quando ela é sublimada e direcionada por quem educa e que propõe os ensinamentos e permite ao educando aceitar ou não o que lhe é ensinado, ouvindo os motivos dessa aceitação ou rejeição, iniciando o aprendizado não por citação de conceitos e direcionamentos, mas por confrontação de saberes.

A disciplina, por sua vez, também não é um conceito negativo, pois permite, autoriza, facilita, possibilita. Permite entrar na cultura da responsabilidade e compreender que as ações têm consequências. Disciplina não é sinônimo de poder, é uma maneira de ser e de se comportar que permite alcançar desenvolvimento pleno, tomar consciência da existência do outro, e que o ajuda ao mesmo tempo a respeitar as regras como um requisito útil para a ação. Ser disciplinado não é obedecer tudo à risca; é colocar a si próprio, regras de conduta em função de valores e objetivos que se quer alcançar.

3. Um olhar sobre a indisciplina no contexto educacional.

Neste tópico, escolheu-se estudar a indisciplina no contexto educacional por se perceber que esta é considerada um dos maiores desafios enfrentado pelos educadores na atualidade. Os docentes parecem viver atualmente um dilema difícil de resolver. Estão imersos no meio do conflito entre manter as relações sociais

da aula e a sua responsabilidade enquanto educadores de estimular a aprendizagem significativa de cada educando.

Por outro lado, apesar da complexidade do tema, sem disciplina não se pode fazer nenhum trabalho significativo. É difícil imaginar uma escola sem disciplina, sem regras e/ou normas. O conceito de disciplina, ainda muito presente no cotidiano escolar, está associado à adequação do comportamento do aluno e àquilo que o professor deseja. Logo, um conceito de disciplina associado à obediência e à alienação. Esse conceito de disciplina não busca a interação, o encontro, a comunicação, mas o isolamento, o fechamento, a obediência, a passividade.

Como propõe Vinha (2009), numa perspectiva construtivista, a disciplina não pode jamais chegar ao aluno como uma ordem, um castigo ou um imperativo partindo do mais forte e dirigindo-se ao oprimido sem uma reflexão sobre as regras, sobre as consequências dos seus atos, mas deve ser vista como produto de debate, reflexão, estudo de caso e análise em que se reflete sobre o que se fez e o porquê que não deveria ser feito, para que assim se possa construir conceitos e valores dentro e fora da escola.

Com base na fala da autora, é salutar enfatizar que quando não há aceitação nem compartilhamento de saberes no ambiente escolar, em que o conflito é visto não como possibilidades, mas como um problema difícil de ser resolvido, este conflito de saberes torna-se frequente e originador da indisciplina, pois as perspectivas não são congruentes. O que passa pela cabeça do professor e do aluno a partir desse encontro é um conflito de interesses, em que o educador quer transmitir o conteúdo de sua disciplina e o educando não consegue entender o propósito desse conteúdo; as consequências são as mais diversas, culminando em um desencontro entre o sistema teórico docente e a prática discente. Os parâmetros escolares colidem com os do meio social em que o educando está inserido.

É neste momento que a indisciplina parece surgir da confrontação entre discente e docente. Saberes que deveriam ser

integrados enfrentam-se, impedindo que ocorra o processo de aprendizagem. Uma disputa de poderes em que quem sabe mais nem sempre sai ganhando e quem sabe menos não se importa de perder ou ganhar, quer mesmo é provocar o confronto.

Isto posto, as consequências da indisciplina começam a surgir dentro dos espaços escolares: não aprendizado, violência, desrespeito, estresse e caos, cujas dimensões atingem a escola, a comunidade, a família e a sociedade como um todo. E, em meio a essa turbulência, se torna quase impossível ao professor dar aula para quem não quer aprender, disciplinar quem não quer ser disciplinado. Seria esse o papel do educador de nosso século, ser disciplinador? Entende-se, com isso, que seja benéfico pensar, disciplina no que leve a compreensão da realidade social com participação, respeito, responsabilidade, construção do conhecimento, formação do caráter e da cidadania. "Investir na autonomia como geradora de autodisciplina traz excelentes resultados", diz Lopes (2005, p.48)

E complementa dizendo:

Embora encarada de forma flexível nas escolas mais democráticas, a disciplina ainda inclui um componente essencial: o respeito aos limites. O aluno indisciplinado não é mais aquele que conversa e se movimenta na sala. É o que não tem limites, não respeita os sentimentos alheios, tem dificuldade em se autogovernar. São essas as características que devem ser trabalhadas. Em vez de um pré-requisito, a disciplina se torna um dos objetivos a ser construídos pela escola. (Id, Ibid, p.48)

Esta fala da autora, não nega, mas deixa claro que a escola precisa de regras e normas orientadoras de seu funcionamento e da convivência entre os diferentes elementos que nela atuam. E a observância, a internalização, o respeito aos acordos firmados e o cumprimento de determinadas regras podem levar o indivíduo a uma atitude autônoma, porque orienta e baliza suas relações sociais, e que construir aspectos disciplinares é fundamental para

que haja o aprendizado e o crescimento do ser humano no contexto social.

Vale ressaltar que o mundo mudou, a sociedade mudou, os alunos mudaram e a escola vivencia essas mudanças numa época na qual está perdendo suas possibilidades educativas diante do acelerado avanço tecnológico e científico. Pede-se a escola que ao mesmo tempo forme o homem e o cidadão, o ser individual e o ser social. O papel da escola/professor precisa está voltado à sensibilizar o aluno para o momento excludente no qual se vive contribuindo para um mundo melhor, mais justo e solidário. Não se pode mais ficar empregando as energias pensando em formas de controle dos alunos, mas pensar em melhores formas de despertar no aluno projetos e formas de participar ativa e conscientemente de seu próprio desenvolvimento. É comum que se interpretem as indisciplinas dos alunos como ameaçadoras, mas estas podem ser vistas como expressão de mais uma manifestação posta em cena do protagonismo adolescente e juvenil na sociedade e não necessariamente como expressão de sua depravação moral.

É bom lembrar que os alunos, por meio de suas condutas e comportamentos, podem estar querendo mostrar não só as interrogações de suas trajetórias escolares, mas das trajetórias humanas, o que poderá ser um incentivo a alargar os horizontes para além das disciplinas e áreas. As condutas, os comportamentos e os valores dos alunos somente devem ser motivos de preocupações quando atrapalharem a docência, a didáticas e pelo muito que atrapalha o estudo, a dedicação e as aprendizagens. E, enquanto na escola, o trabalho coletivo, a busca por objetivos comuns, o comprometimento de todos os envolvidos no processo não se efetivam na prática, a equipe escolar vem tentando enfrentar os desafios sem muito sucesso. Logo, sugere-se que ela busque um trabalho pedagógico permeado pelo diálogo responsável e comprometido, pela união dos profissionais que dela fazem parte, pelo conhecimento como alicerce teórico, pela busca dos objetivos comuns, pela disciplina que auxilia os indivíduos a se

sentirem sujeitos históricos preparados para promoverem a emancipação humana, a justiça e a solidariedade.

4. A psicologia educacional e a possibilidade de superar os desafios.

Neste tópico, como o nome já sugere, procura-se discorrer sobre o que vem a ser Psicologia Educacional e a sua contribuição no sentido de superar os desafios nas relações interpessoais. Assim, inicia-se partindo dos conceitos que dizem:

PSICOLOGIA: 1. Ciência dos processos e estados mentais; conjunto de conhecimentos relativos aos fenômenos psíquicos e ao comportamento. (BORBA, 2011, P.1142)

EDUCAÇÃO: 1. Ação ou resultado de educar(-se); 2. Processo formal de transmissão de conhecimentos em escolas, cursos, universidades etc.[...] 4. Conjunto de teorias e métodos relativos ao ensino e à aprendizagem; DIDÁTICA; PEDAGOGIA. (AULETE, 2011. P.525)

Com base nas citações acima, deve-se dizer que a Psicologia Educacional pode ser entendida como sendo um ramo da psicologia que está totalmente ligada à educação, ao conhecimento, este último, entendido como corpus sistemático e organizado de saberes produzidos de acordo com procedimentos definidos, referentes a determinados fenômenos ou conjunto de fenômenos constituintes da realidade, fundamentado em concepções ontológicas, epistemológicas, metodológicas e éticas determinadas. Assim, a Psicologia da Educação pode ser entendida como sub-área de conhecimento, que tem como vocação a produção de saberes relativos ao fenômeno psicológico constituinte do processo educativo.

Deve-se, pois, sublinhar que Psicologia Educacional e Psicologia Escolar são intrinsecamente relacionadas, mas não são idênticas, nem podem reduzir-se uma à outra, guardando cada qual sua autonomia relativa. A primeira é uma área de conhecimento (ou

sub-área) e tem por finalidade produzir saberes sobre o fenômeno psicológico no processo educativo. A outra constitui-se como campo de atuação profissional, realizando intervenções no espaço escolar ou a ele relacionado, tendo como foco o fenômeno psicológico, fundamentada em saberes produzidos, não só, mas principalmente, pela subárea da psicologia, a psicologia da educação (ANTUNES, 2007, p. 3-4).

Neste sentido, convém enfatizar que a psicologia educacional é um ramo da psicologia cujo objeto de estudo são as formas sob as quais decorre a aprendizagem humana nos estabelecimentos de ensino. Desta forma, a psicologia educacional estuda a forma como aprendem os estudantes e de que forma se desenvolvem, ao mesmo tempo em que oferece soluções para o desenvolvimento dos planos de estudos, da gestão educacional, dos modelos educativos e das ciências cognitivas de um modo geral.

E, dentre tantas funções já mencionadas, a Psicologia Educacional, no âmbito da educação, também colabora para a compreensão e para a mudança do comportamento de educadores e educandos, no processo de ensino aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais, referindo-se sempre as dimensões política, econômica, social e cultural. Contribui para a realização de pesquisas, diagnósticos e intervenções psicopedagógicas individuais ou em grupos. Colabora, ainda, para a elaboração de planos e políticas referentes ao Sistema Educacional, visando promover a qualidade, a valorização e a democratização do ensino.

Dentro deste contexto, não se pode esquecer de uma peça fundamental que é o Psicólogo Educacional que deve elaborar e aplicar distintas teorias sobre o desenvolvimento humano, analisando a eficácia das estratégias educacionais, desenvolvendo projetos educativos, bem como intervindo nas dificuldades de aprendizagem, em instituições educativas de um modo em geral, além de estudar o funcionamento da própria instituição enquanto organização. Os psicólogos educacionais devem desenvolver o seu trabalho em conjunto com os educadores de forma a tornar o

processo de aprendizagem mais efetivo e significativo para o educando.

Em síntese, pode-se dizer que ela (Psicologia Educacional) é a área da psicologia que aborda as problemáticas referentes à educação e aos processos de ensino e aprendizagem dos discentes sendo diferente da Psicologia Escolar que coloca-se como uma vertente aplicada desse conhecimento, sendo utilizada diretamente nos espaços de escolarização juntamente ao aprendiz e pode estar em conjunto com a Psicopedagogia.

Logo, a Psicologia Educacional não deve ser encarada como um recurso para evitar o fracasso escolar ou melhorar o rendimento dos alunos, pois estes objetivos atingem tal dimensão que só se cumprirão com o envolvimento de todos, sem exceção. Porém oferece quadros teóricos, metodologias e instrumentos, e práticas educativas, que fomentam a reflexão, a avaliação contínua e a intervenção pluridisciplinar, que podem, caso a caso fazer a diferença.

5. A psicologia educacional e a disciplina/indisciplina no contexto escolar: novas contribuições, limites e possibilidades.

Partindo do pressuposto de que a Psicologia Educacional é o ramo da psicologia que estuda o processo de ensino/aprendizagem nas diversas vertentes, convém destacar que ETA tem grande relevância no processo educativo, pois implica uma estrutura de política educacional, um conjunto de objetivos específicos na formação acadêmica e um projeto sociocultural contextualizado.

Dentre os objetivos e finalidades da Psicologia da Educação pode-se destacar a de facilitar as relações interpessoais, observar as necessidades dos discentes, estruturar e definir o trabalho dos professores de acordo com os princípios pedagógicos definidos na instituição assim como a definição de técnicas eficazes para melhor receptividade e aproveitamento do aluno no seu processo de aprendizagem e auto-realização. Neste sentido, surge o papel

também do profissional especialista, enquanto técnico para fazer valer as diversas tendências da psicologia aplicada a educação.

Assim, para melhor esclarecimento, enunciam-se agora as funções e respectivas metodologias, que permitem caracterizar o serviço da Psicologia Educacional de acordo com o site Externato João XXII.

1- Funções:

- **intervenção precoce;**
- **desenvolvimento de um trabalho cooperado com os pais, educadores, professores e outros agentes educativos;**
- **acompanhamento psicopedagógico;**
 - despiste e possível sinalização de problemas de desenvolvimento;
 - promoção de estratégias que potenciem o desenvolvimento cognitivo (atenção, concentração, memória, percepção, raciocínio), afetivo-social (autonomia/ personalidade/ regras), emocional, psicomotor, comportamental e da linguagem;
 - desenvolvimento de estratégias motivacionais;
 - serviço de psicologia e orientação vocacional (escolar e profissional);
 - métodos e técnicas de estudo;
 - intervenção na elaboração de programas de formação de docentes e inovação educativa;
 - cedência de informação sobre as variáveis que influenciam a atividade docente

2- Metodologias

- avaliação coletiva ou individual;
- entrevistas;
- observação em diferentes contextos (e.g. sala de aula, recreio);
- dinâmicas de grupo/ role-playing;
- sessões de grupo com educadores e professores;
- participação ativa, promoção da tomada de decisão, responsabilização;
- incentivo de iniciativas de cariz desportivo-cultural;
- conversas/colóquios/conferências sobre temáticas propostas por alunos, educadores, professores e pais.

Assim sintetiza-se que, a Psicologia Educacional tem papel muito importante na identificação do diagnóstico dos problemas de aprendizagem, no planejamento da assistência e na adoção de medidas preventivas, pois dedica-se ao estudo da aprendizagem com a finalidade de prevenir ou intervir nos seus problemas e entraves. Apreende-se assim, que o profissional especializado na área deverá oportunizar assistência aos professores e a outros profissionais da instituição escolar com vistas à melhoria das condições do processo ensino-aprendizagem, bem como para prevenção da indisciplina como sendo um dos problemas mais comuns de aprendizagem.

Neste contexto, é importante ressaltar que as diretrizes disciplinares não devem se restringir a estabelecer um conjunto de normas que organizem o ambiente escolar, mas deve também orientar a própria cultura daquilo que a comunidade deseja em termos de desenvolvimento disciplinar. Afinal, a disciplina deve ser também um objetivo educacional. A indisciplina escolar não é um fenômeno estático, que tem mantido as mesmas características ao longo das últimas décadas. Contudo, é importante destacar que a Psicologia Educacional não tem o intuito de ofertar receitas, fórmulas, já postuladas para as situações de indisciplina, dado estas serem relacionadas e circunstanciais. É preciso situá-las em seus termos, isto é, de acordo com os condicionamentos do aluno que a provoca ou da situação na qual se manifesta. Os encaminhamentos disciplinares preventivos em nível de escola têm se mostrado efetivos, de acordo com a literatura especializada. Estudos indicam que uma diretriz disciplinar ampla e de base preventiva, é o melhor posicionamento que uma escola pode desenvolver para garantir a disciplina.

Outro aspecto importante que pode ser trabalhado refere-se ao papel da direção da escola. É importante que ela atue de modo a oferecer apoio aos professores e aos alunos, tendo uma presença constante nos diversos espaços escolares, onde deve manter o

relacionamento informal com professores e alunos. Espera-se que a direção escolar adote uma postura de administrador-gestor que busca parcerias com outros espaços educativos, implemente inovações educacionais que melhor qualifiquem os alunos e professores, desenvolva novas habilidades de estudo nos alunos e introduza estratégias de aprendizagem cooperativas, assim como deve considerar também a necessidade de estreitar as relações entre escola e comunidade. O avanço disciplinar depende do grau de comunicação e relações democráticas da escola com o seu entorno. É preciso cada vez mais ampliar o envolvimento dos familiares nas discussões pertinentes às questões pedagógicas como as atividades extracurriculares, ou mesmo de gestão, incluindo a questão disciplinar.

Por conseguinte, pode-se perceber o quanto o ato de educar é complexo e quanto grande é a função da família e da escola. E nesse sentido, mais uma vez, constata-se que é de fundamental importância a atuação da Psicologia Educacional na formação e a preparação do educador para o desenvolvimento da prática pedagógica, que deve proporcionar ao aluno a capacidade de agir como sujeito de sua própria vida, das mudanças e transformações sociais. A Universidade Cândido Mendes (2015, P.16) resume esta importância dizendo:

Em linhas gerais, o objetivo da Psicologia Educacional/Escolar é auxiliar o desenvolvimento global do estudante através de um trabalho em equipe multiprofissional com diretores, professores, orientadores, pais e supervisores. Seu trabalho visa a prevenção, avaliação, orientação psicológica e acompanhamento, aplicados preferencialmente no contexto institucional, em detrimento do atendimento individual, que só é realizado nos casos onde há realmente essa necessidade.

Mesmo assim, é válido dizer também que a Psicologia Educacional tem suas limitações e impotências quando não se tem parceiras, mas está pronta para cumprir sua finalidade e oferecer

ferramentas capazes de preparar e formar os alunos para o pleno exercício da cidadania na vida em sociedade.

Conclui-se, portanto que há, cada vez mais, a necessidade de uma isenção maior das intervenções da Psicologia Educacional no espaço e práticas educacionais, a fim de dirimir entraves, orientar pais e mestres quando houver necessidade de redirecionamento na construção do indivíduo, na orientação, capacitação e treinamento de professores quanto ao desenvolvimento de metodologias que contemplem os aspectos de ensino-aprendizagem, das habilidades sociais a serem aprimoradas no desenvolvimento de orientação vocacional e profissional, na execução de oficinas pedagógicas, projetos de ordem multidisciplinar, a concentração acentuada na psicologia da criança e da aprendizagem no contexto escolar.

A escola precisa instrumentalizar-se, ser empreendedora, para ter condições de exercer sua função social, desenvolvendo uma prática pedagógica inovadora, capaz de preparar e conduzir os aprendizes a agirem como sujeitos das transformações sociais, já que seu papel está intrinsecamente relacionado ao comportamento, êxito no desempenho escolar e atos de indisciplina/disciplina dos alunos. Portanto, cabe também à ela mudar a sua forma de agir a fim de promover mudanças comportamentais e postura ética para atender as transformações do mundo dinâmico atual.

6. Considerações finais.

As discussões apresentadas neste artigo são resultantes de estudos e pesquisas a respeito do significado de Disciplina/Indisciplina no contexto escolar e o papel da Psicologia Educacional frente a essa problemática. Pode-se entender que a indisciplina escolar, é um fenômeno que decorre da sociedade e de seus sistemas de ensino, mas, é também um fenômeno essencialmente escolar, antigo e inevitável, tendo suas características próprias e precisando ser trabalhada com sabedoria.

É notório perceber, em alunos que apresentam problemas de indisciplina, que tem alguma carência afetiva, falta de atenção, limite e regras por parte dos pais e da instituição escolar. O que vem a comprometer o processo de ensino aprendizagem, necessitando que os educadores e outros profissionais envolvidos busquem meios para que possa diminuir e reverter este problema.

Com base nessas informações e diante do estudo a cerca da indisciplina no contexto escolar, fica claro e imprescindível a atuação da Psicologia Educacional e do profissional especializado na área, trabalhando e desenvolvendo o papel de intermediário e facilitador não só da aprendizagem, mas também das relações família, aluno e escola, pois é um profissional articulador entre todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e pode buscar as melhores intervenções, entendimentos e redirecionamentos do trabalho com as condutas indisciplinares no ambiente escolar, para um comprometimento na auto-superação e nas suas relações interpessoais.

Pela ótica da Psicologia Educacional a indisciplina precisa ser redimensionada, visando não à formatação do indivíduo, mas à condução da descoberta do mundo a partir de sua realidade, permitindo que ele seja crítico do saber aprendido, contestador das circunstâncias vivenciadas e capaz de utilizar suas condutas como instrumento de desenvolvimento de suas potencialidades na construção de saberes.

Fica claro que métodos e metodologias eficazes precisam ser desenvolvidos para que o objetivo seja de fato alcançado. Espera-se que através da capacitação teórica e prática trabalhada com os professores e a equipe diretiva, todos possam elaborar estratégias de ação que possam gradativamente resolver os problemas relativos às dificuldades de comprometimento com o processo de ensino e aprendizagem e com as questões referentes à indisciplina em sala de aula. A própria escola precisa resgatar em seu aluno o prazer de aprender.

Concluiu-se, portanto, que é necessário haver um olhar sobre a indisciplina como forma de aprendizagem: aluno-professor-família-escola, passando pela sociedade, já que esta pode ser trabalhada na escola como potencial criativo e construtivo, com um foco voltado para as habilidades e competências do educando. Porém, para a escola conseguir nortear suas ações com melhor eficácia, faz-se necessário um trabalho pedagógico pautado em pressupostos da Psicologia Educacional que tem função indispensável em todo o processo educativo junto ao educando e os responsáveis por sua formação dando-os segurança para discutir, refletir e problematizar os conflitos –sem se recusar deles– e redimensionando para o conhecimento, para a formação do caráter e valores, e para a construção do cidadão na vida social.

Logo, é possível afirmar que os objetivos propostos foram alcançados com sucesso, ao mesmo tempo em que se acredita que este trabalho vem contribuir para o conhecimento dos educadores, contribuindo para uma forma de melhor lidar com a questão da indisciplina na escola com um olhar consciente e interativo, marcado pela participação, respeito, responsabilidade, construção do conhecimento, formação do caráter e da cidadania.

7. Referências.

- ANTUNES, M. A. M. (2007). **Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas**. Cadernos de Psicopedagogia, 6(11), 0-0. Capturado: 21 de janeiro de 2016. Disponível: <http://conceito.de/psicologia-educacional>.
- AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- BORBA, Francisco S (Org.). **Dicionário Unesp do Português Contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011.
- EXTERNATO JOÃO XXII. **Psicologia Educacional**. http://externatojoao23.edu.pt/o_externato/detalhes_extra/21. Capturado em 21 de janeiro de 2016.

LOPES, Áurea. **Disciplina: é mais fácil para os alunos seguir regras que eles ajudam a criar.** Revista Nova Escola. São Paulo: Abril, Ano XX, n° 183, p. 44-49, jun/jul. 2005.

TIBA, Içami. **Disciplina: limite na medida certa.** – São Paulo: Integrare Editora, 2013.

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES. **Psicologia da Educação/** Material Didático: coletânea de textos. Instituto Prominas. MG, 2015.

VICHESSI, Beatriz. **Indisciplina: como se livrar dessa amarra e ensinar melhor.** Revista Nova Escola. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n° 226, p. 78-89, out. 2009.

VINHA, Telma. **Conflitos na Escola.** – Belo Horizonte/ MG: Cedic, 2009.

Capítulo 04

Educação especial e dificuldades de aprendizagem: um recorte dos principais fatores que influenciam na aquisição da aprendizagem

*Naelle Rodrigues de Meneses
Moisaníel Oliveira Pinheiro*

1. Introdução

Partindo do pressuposto de que as instituições educacionais precisam obter um conhecimento prévio a respeito da aprendizagem do aluno e que o professor deverá compreender e respeitar o tempo de aprendizagem e assimilação de cada discente demonstrando conteúdos significativos para uma compreensão e com isso tornar os indivíduos pesquisadores e críticos, a partir da aplicação de uma nova metodologia, o presente artigo relaciona conceitos de diversos autores e informações obtidas no decorrer do desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica com base nas concepções e propostas de renomados estudiosos que discutem sobre a temática em questão.

Dentre os principais autores que contribuíram para a pesquisa, podem ser destacados: Celso Antunes (2000), LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional (1996), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007), Lou Olivier (2011), Sara Paín (1985), Suely Pereira da Silva Rosa et al (2009), Simaia Sampaio (2011), Joselma Gomes da Silva (2011), Roneide Valeriano (2011) entre outros.

Então se constata, que quando as pessoas sofrem de algum tipo de incapacidade intelectual ou física, as suas necessidades podem

não ser satisfeitas pelo sistema educativo tradicional. É neste caso que entra o conceito de educação especial, que, como seu nome indica apresenta características diferenciadas (isto é, especiais).

Dessa forma, para melhor esclarecer que dificuldade de aprendizagem e educação especial são áreas diferentes e ao mesmo tempo áreas afins, reduzindo muitos conceitos errôneos existentes nas discussões educacionais hoje é que este trabalho irá colocar em cheque, o significado do seja as duas áreas, inquietação essa que surgiu da seguinte problemática: Quais os pontos convergentes e os pontos divergentes entre educação especial e dificuldade de aprendizagem com um foco sobre os fatores que influenciam significativamente na aquisição da aprendizagem?

Diante disso nasce a temática “EDUCAÇÃO ESPECIAL E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: um recorte dos principais fatores que influenciam na aquisição da aprendizagem.”. E, para fazer face a essa temática as seguintes questões norteadoras foram estabelecidas: 1- Qual o melhor conceito que define o sentido de dificuldade de aprendizagem?; 2- Qual o significado que melhor define a terminologia educação especial?; 3- Quais os principais fatores que influenciam significativamente na aquisição da aprendizagem?

Deste modo, constituiu-se como objetivo geral analisar os pontos convergentes e os pontos divergentes entre educação especial e dificuldade de aprendizagem com ênfase sobre os principais fatores que influenciam significativamente na aquisição da aprendizagem.

2. A educação especial no cenário brasileiro: reflexões teóricas a respeito do significado.

Este capítulo traz para a discussão o significado da temática Educação Especial no cenário brasileiro a partir de reflexões teóricas. Para tanto, inicia-se a discussão partindo do que prevê a Legislação Educação Brasileira, mas especificamente, na Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Nº 9.394/96, sobre o significado de Educação Especial: “Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (BRASIL, 2016, p.19)

Analisando sinteticamente a citação supracitada, convém dizer que o conceito de Educação Especial aborda basicamente três aspectos, são eles: é uma modalidade de educação escolar; é oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino; é oferecida para educandos portadores de necessidades educacionais especiais.

Complementando, Suely Pereira da Silva Rosa *et. al.* (2009, p.10), ao se direcionar à clientela da educação especial, diz:

São alunos que se diferenciam por seus ritmos de aprendizagem, sejam mais lentos ou mais acelerados. Apresentam dificuldades de aprendizagem, que nenhum médico, psicólogo ou fonoaudiólogo conseguiu identificar qualquer causa orgânica ou relacionada às características orgânicas como as síndromes, lesões neurológicas por falta de oxigenação pré, p^{er}i ou pós-natal. São alunos que necessitam de sinais e códigos apropriados para se comunicar (linguagem de sinais) ou para ler e escrever (Braille).

Nesse caso, pode-se dizer que os alunos público dessa modalidade, são alunos em que sua condição exige adaptações de materiais de ensino, de metodologias, de atitudes, pois sem as adaptações devidas, a permanência no processo de ensino perde o significado pela questão de não poderem acompanhar e/ou compartilhar os resultados de suas aprendizagens.

Para tanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determina no Artigo 59 que os sistemas de ensino devam assegurar aos educandos público-alvo da Educação Especial:

- I- Currículos, técnicos, recursos educativos e organização especificam, para atender às suas necessidades.
- II- Terminalidade específica para aqueles que não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para superdotação.
- III- Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.
- IV- Educação especial para o trabalho, visando à sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.
- V- Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 2016, p.19)

Por outro lado, os estudos de Marcos José da Silva Mazzota (1996, p. 14) apontam três atitudes sociais que marcaram a história da Educação Especial no tratamento dado às pessoas com deficiências: “marginalização, assistencialismo e educação/reabilitação”. Diante dessa afirmação, marginalização é vista como uma atitude de descrença na possibilidade de mudança das pessoas com deficiência, o que leva à completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para essa população.

Rosa (2009), ao se referir a questão da legislação sobre a Educação Especial, também põe em pauta uma crítica reflexiva quando diz que a Lei prevê a inserção pelo termo “preferencialmente” e não “obrigatoriamente” sobre a inserção dos alunos na rede regular de ensino:

Porque considero a nova LDB, que completou nove anos em 2005, no tange à Educação Especial, uma legislação de vanguarda

e contraditória porque, ao mesmo tempo em que ela assegura direitos pleiteados aos alunos com necessidades educacionais especiais, em tempo de defesa das práticas inclusivas, cria a possibilidade do atendimento segregacionista se o processo pedagógico assim o recomendar. (ROSA, 2009, p. 09)

Mesmo diante dos pontos de vistas pros e contras, não se pode esquecer que a educação especial se configura como o início de grandes conquistas em função da inclusão educacional e social, pois é transversal e deve perpassar por todos os níveis e modalidades de ensino possibilitando a todos o direito a educação, mesmo que ainda não esteja no nível desejado.

Como explicita a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007, p. 10),

a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas [...].

Mediante a essas discussões sobre a educação especial como uma modalidade de ensino, pode-se dizer que a educação deve seguir os mesmos requisitos curriculares dos demais níveis de ensino aos quais está associada. No entanto, de modo a considerar as especificidades dessa modalidade de ensino e auxiliar no processo de adaptação à nova política de integração, os sistemas de ensino contam atualmente com propostas curriculares, as quais definirão estratégias para a educação de alunos com necessidades educativas especiais e orientar os sistemas de ensino para o processo de construção da educação na diversidade.

3. Entendendo o conceito de dificuldade de aprendizagem.

Através do ponto de vista analítico de muitos autores como, Samuel A. Kirk (1962), conceitua a dificuldade de aprendizagem (DA) como fatores que necessitam ser conhecidos pelos profissionais de educação, partindo desse ponto segundo ele;

Um atraso, desordem ou imaturidade num ou mais processos da linguagem falada, da leitura, da ortografia, da caligrafia ou da aritmética, resultantes de uma possível disfunção cerebral e/ou distúrbios de comportamento e não dependentes de uma deficiência mental, de uma privação sensorial, de uma privação cultural ou de um conjunto de fatores pedagógicos. (KIRK, 1962, p.263).

Ao tratar de dificuldades de aprendizagem, especificamente, deve-se ter em mente que diversos são os fatores que contribuem para dificultar a aprendizagem. Luís de Miranda Correia (2008, p. 46) nos apresenta proposta e conceitos nesse contexto, ressalta que:

As dificuldades de aprendizagem específicas dizem respeito à forma como um indivíduo processa a informação – a recebe, a integra, a retém e a exprime –, tendo em conta as suas capacidades e o conjunto das suas realizações. As dificuldades de aprendizagem específicas podem, assim, manifestar-se nas áreas da fala, da leitura, da escrita, da matemática e/ou da resolução de problemas, envolvendo défices que implicam problemas de memória, perceptivos, motores, de linguagem, de pensamento e/ou metacognitivos. Estas dificuldades, que não resultam de privações sensoriais, deficiência mental, problemas motores, défice de atenção, perturbações emocionais ou sociais, embora exista a possibilidade de estes ocorrerem em concomitância com elas, podem, ainda, alterar o modo como o indivíduo interage com o meio envolvente.

Há fatores também relacionados a questões cognitivas, afirma Selma Inês Campbell (2009, p 224), que se destacam como mais comuns: dislexia, disortografia, discalculia e dislalia.

E para conceituar dislexia, Simaia Sampaio diz:

a dislexia é um distúrbio na leitura que afeta a escrita, sendo normalmente detectada a partir da alfabetização, período em que a criança inicia o processo de leitura. Seu problema trona-se bastante evidente quando tenta soletrar letras com muita dificuldade e sem sucesso. (SAMPAIO, 2011, p.38)

Logo, é um problema neurológico frequentemente caracterizado por um déficit cognitivo, persistente da leitura e da escrita, que não podem ser explicados por falta de habilidade intelectual, falta de instrução ou problemas de visão, mas impede o desenvolvimento normal da aprendizagem.

A dislexia não é resultado de má alfabetização, desatenção, desmotivação, condição econômica ou baixa inteligência e sim uma e sim uma condição hereditária com alterações genéticas, apresentando ainda alterações no padrão neurológico e, por esses múltiplos fatores, a dislexia deve ser diagnosticada por uma equipe multidisciplinar.

Já para o termo disortografia, Roneide Valeriano (2011, p. 83) afirma: A disortografia é a dificuldade de fazer associação entre os fonemas (som das letras) e os grafemas (escrita das letras).

Nesse caso, a disortografia é a dificuldade do aprendizado e do desenvolvimento da linguagem escrita. Consiste em confusões de letras, sílabas e palavras, com trocas ortográficas já conhecidas e trabalhadas pelo professor por causa da incapacidade de estruturar gramaticalmente a linguagem e pode ocorrer associado ou não à dificuldade de leitura, isto é, dislexia.

E com relação a temática discalculia, Garcia (1998, p.213 apud SILVA, 2011, p.69) assevera:

Discalculia ou discalculia do desenvolvimento trata-se de um transtorno estrutural da maturação das habilidades matemáticas (...) se manifesta pela quantidade de erros variados na compreensão de números, habilidades de contagem, habilidades computacionais e solução de problemas verbais.

De acordo com o autor, discalculia é um dos transtornos de aprendizagem que causa a dificuldade na matemática e que não é ocasionada por deficiência mental, nem por déficits visuais ou auditivos, nem por má escolarização e, por isso, é importante não confundir discalculia com disortografia. No entanto, o portador de discalculia comete erros diversos na solução de problemas verbais, nas habilidades de contagem, nas habilidades computacionais e na compreensão dos números.

E para a quarta dificuldade, chamada de dislalia, Lou de Olivier (2011, p. 42) destaca:

Má pronúncia das palavras, omitindo ou acrescentando fonemas, trocando um fonema por outro ou distorcendo-os, ou ainda trocando sílabas. Assim sendo, os sintomas da dislalia consistem em omissão, substituição, acréscimo ou deformação dos fonemas.

Em síntese, a dislalia trata-se de um distúrbio na fala, sua percepção se dá na observação da má pronúncia de palavras, troca de letras, para essa afirmação temos um exemplo clássico muito conhecido e querido pelas crianças e até por muitos adultos, o personagem “Cebolinha” da Turma da Mônica que faz trocas da letra “R” pela letra “L”, existem muitos erros semelhantes a este com troca de letras, muito comum. Temos também os casos em que a criança fala faltando letras ou adicionando letras com repetição, por exemplo, a palavra casa geralmente neste caso fala-se “aasa”.

Cruz (2009, p. 180) acrescenta outra dificuldade chamada de disgrafia e conceitua-a como: “Etimologicamente, disgrafia deriva dos conceitos “dis” (desvio) + “grafia” (escrita), ou seja, é “uma perturbação de tipo funcional que afeta a qualidade da escrita do sujeito, no que se refere ao seu traçado ou à grafia.”

Com base na citação acima, o termo disgrafia se refere, mais especificamente, à questão da dificuldade de coordenação motora os músculos, principalmente das mãos e dos braços, que incide em

crianças que são visivelmente normais e que não sofrem de deficiências neurológicas severas. É uma condição que dificulta o controle de dirigir o lápis ou a caneta no momento dos traçados e por isso possui letras pouco legíveis ou desordenada.

Portanto, ao ser abordado essa temática, encontra-se pensamentos de pesquisadores e teóricos que demonstram diversas causas da dificuldade de aprendizagem, onde muitos profissionais mesmo sabendo do que se refere ainda precisam de uma formação profunda para que estejam aptos as novas oportunidades de ensino e desafios de eliminar e corrigir postura dentro e fora de sala de aula, pois hoje é necessário trabalhar com viés para a inclusão, independente de quaisquer limitações que o aluno apresente.

E, para que isso aconteça é importante atividades lúdicas e desafiantes, atividades essas que, com certeza, irão auxiliar o professor e o aluno para a correção e eliminação de dificuldades, promovendo também o autoestima da criança e posteriormente da família por observarem que mesmo em dificuldade o educando tem vontade de estudar, de aprender, de descobrir.

Logo, percebe-se que um dos mais recorrentes fracassos na escolarização é a escrita e a leitura, pode ocorrer que um profissional não esteja preparado para enfrentar a dificuldade e a família não concorde com a situação, é o momento de recorrer a comunidade escolar para combater a dificuldade e não deixar que ela seja o obstáculo a impedir o rendimento tanto do educando quanto educador e família.

Então percebe-se que ao alfabetizar, o aluno com dificuldades não é tarefa fácil, a realidade é que há grande necessidade em trabalhar o desempenho da criança, sabendo que isso tudo é a função psicomotora do indivíduo, no qual a sociedade e as instituições educacionais necessitam de uma visão ampla e dedicatória a essas dificuldade de aprendizagem.

4. Fatores que influenciam significativamente na aquisição da aprendizagem.

Diante de todas as discussões já levantadas acerca dessa temática, pode-se dizer que raramente as dificuldades de aprendizagem têm origens apenas nos aspectos cognitivos. Portanto não podem ser atribuído ao próprio aluno o seu fracasso, considerando que haja algum comprometimento no seu desenvolvimento psicomotor, cognitivo, linguístico ou emocional (conversa muito, é lento, não faz a lição de casa, não tem assimilação, entre outros), desestruturação familiar, sem consideração as condições de aprendizagem que a escola oferece a este aluno e outros fatores intraescolares que favorecem a não aprendizagem, dessa maneira segundo Bueno (1993, p. 80), enfatiza que:

A educação especial, na sociedade moderna, que, na sua origem, absorvia deficiências orgânicas (auditivas, visuais e, posteriormente, mentais), com o desenvolvimento do processo produtivo, foi incorporando população com “deficiências e distúrbios” cada vez mais próximos da normalidade média determinada por uma “abordagem científica” que se pretende “neutra e objetiva”, culminando com o envolvimento dos que não têm quaisquer evidências de desvio dessa mesma “normalidade média”.

Portanto ao se tratar de “casos e situações” relevantes para o desempenho da educação e a falta de prática e preparação de alguns professores, conteúdo e exercícios inadequados, as questões orgânicas, cognitivas, afetivas, emocionais, econômico, racial e cultural, entre outros. Assim pode influenciar no processo da aquisição de aprendizagem, como também, causar transtornos na criança, na família e para escola.

Sara Paín (1985), psicopedagoga e estudiosa dos problemas de aprendizagem, cita como quatro fatores fundamentais que carecem ser considerados no momento de se estudar os problemas

de aprendizagem, são eles: fatores orgânicos, fatores específicos, fatores psicógenos e fatores ambientais.

Paín (1985, p. 29), ao se referir aos fatores orgânicos diz:

Quando o organismo apresenta uma boa equilibração, o sujeito defende o exercício cognitivo e encontra outros caminhos que não afetem seu desenvolvimento intelectual, dadas as consequências sociais que ocasiona a carência na aprendizagem, sobretudo na infância.

Para a autora, o aprendiz com comprometimento na área física com certeza terá mais dificuldades para aprender. Se houver comprometimento no sistema nervoso, terá também interferência tanto na assimilação de conteúdos, quanto no estilo de aprender. Em outras causas, cita-se Hipoacusia (diminuição do sentido da audição), baixa visão, deficiências glandulares (mau funcionamento renal ou hepáticos, por exemplo), distrofias generalizadas.

E, para os fatores específicos, Paín (1985, p. 29) se refere:

Tais transtornos aparecem especialmente no nível da aprendizagem da linguagem, sua articulação e sua lecto-escrita, e se manifestam em uma série de perturbações, tais como a alteração da sequência percebida, a impossibilidade de construir imagens claras de fonemas, sílabas e palavras, a inaptidão gráfica, e etc.

Nesse caso, é válido enfatizar que esses fatores se referem aos transtornos perceptomotores que estão relacionados à área mais específica da linguagem (articulação e escrita). Esses desequilíbrios podem estar correlatas às questões de lateralidade. Ao analisar o meu social, é comum se encontrar crianças com desordem de aprendizagem que não dominam lateralidade ou pouco dominam.

Já para os fatores psicógenos, a mesma autora afirma:

Entretanto, se nos atermos *Sobre os tipos de aquisição da neurose (1912)*, veremos que o problema de aprendizagem pode surgir como uma reação neurótica à interdição da satisfação, seja pelo afastamento da realidade e pela excessiva satisfação na fantasia, seja pela fixação com a parada de crescimento na criança. (PAÍN, 1985, p.31)

Em se ater a esse terceiro fator, a autora frisa que os problemas de aprendizagem podem se manifestarem, ainda, em função de perturbações neuróticas (satisfação pelo afastamento da realidade e pelo excessivo contentamento na fantasia ou, ainda, pela fixação com a parada de crescimento na criança), mas destaca que é necessário que seja levado em consideração as disposições orgânicas e ambientais do sujeito.

Assim, para concluir, enfatiza para o quarto fator, o ambiental, que:

O fator ambiental é especialmente determinante no diagnóstico do problema de aprendizagem na medida em que nos permite compreender sua coincidência com a ideologia e com os valores vigentes no grupo. Não basta situar o paciente em uma classe social, é necessário, além disso, elucidar qual é seu grau de consciência e participação (PAÍN, 1985, p. 33)

Analisando a fala da autora, percebe-se que esses fatores estão relacionados ao ambiente material e físico do aprendiz, ou seja, à questão do acesso ao esporte e ao lazer, aos meios de comunicação, às condições de moradia, ou às expectativas de futuro. Esses aspectos são resultados das ligações imediatas do aprendiz, como amigos, família e outras situações que o envolvem direta ou indiretamente. O que leva a entender que embora o referido fator tenha mais relação sobre os problemas escolares ao invés dos problemas de aprendizagem de fato, este quesito muito influencia sobre a possibilidade do indivíduo compensar ou descompensar o quadro.

Para tanto é de fundamental importância e relevância refletir que a maioria das crianças no momento de serem alfabetizadas apresenta certas dificuldades de aprendizagem podendo ser cognitiva, na fala, na escrita, na aritmética, porém todo educador deve estar atento e preparado à enfrentar tais situações, através dos diferentes métodos de se instigar o desenvolvimento seja cognitivo de modo geral ao no caso de certas dificuldades operatórias, diante disso segundo Celso Antunes (2000, p.38):

... o elemento que separa um jogo pedagógico de um outro de caráter apenas lúdico que os jogos e brinquedos pedagógicos são desenvolvidos ²⁷ com intenção implícita de provocar uma aprendizagem significativa, estimular a construção de um novo conhecimento e, principalmente, despertar o desenvolvimento de uma habilidade operatória.

É fundamental que os educadores estejam preparados e reformulando suas práticas pedagógicas, trabalhando da melhor forma possível, pensando sempre em não deixar que a dificuldade de aprendizagem seja um obstáculo por muito tempo, pois quanto antes forem trabalhadas sugestões de transformação de novas práticas, mais rápido serão os benefícios para evitar que as crianças apresentem tantas dificuldades.

Logo, percebe-se também que a atuação da família nesse campo é fundamental para a aprendizagem escolar do filho, pode-se confirmar que é extremamente notório o desenvolvimento positivo quando os pais como um todo, se mostram interessados em auxiliar o pequeno em suas tarefas, demonstrando-lhe que o seu aprender é algo prazeroso para ele, assim fazendo com que levante seu alto estima, tendo força de vontade em buscar sempre algo novo, mesmo esse novo por muitas vezes sendo extremamente desafiador.

De acordo com esses diversos fatores de aprendizagem é inevitável a participação do educador para esse aprendizado ser eficaz e benéfico, isto é, o educador, primeiramente deve acolher em

seguida ser afetuoso e posteriormente trabalhar o pedagógico sem deixar o afeto de lado ou esquecido, pois é o que faz com que a aprendizagem se significativa. Podemos ver o afeto como uma ferramenta para aprendizagem, ferramenta essa que deve partir do educador e da família, independentemente de suas particularidades.

Através dessa ótica, nota-se que as dificuldades em aprender de uma pessoa podem está associada às condições, capacidades e habilidades necessárias ao ato de aprender, nesse cenário é importante iniciar atividades que estimulem a autonomia da criança, pois esta será preparada para a vida adulta, sendo assim auxiliará na eliminação da dificuldade de aprendizagem, no qual irá ensinar o educando a dividir e respeitar os colegas será um suporte, e a confirmação para que o educando entenda que se o colega tem dificuldades, o correto é respeitá-lo e ajudá-lo com carinho para que ele não continue com dificuldade, ou seja, eles aprendem mais e melhor quando há essa afetividade em sala de aula.

5. Considerações finais.

As discussões presentes neste artigo puseram em pauta as implicações decorrentes das dificuldades de aprendizagem e da Educação Especial, as quais apresentaram pontos de semelhanças e divergências entre si mostrando dessa forma estudos de vários autores, cada qual com suas definições e nomenclaturas, que melhor abordam ou conceituam as temáticas. Algumas definições parecem contraditórias entre si, como o é caso do conceito do próprio termo dificuldade. Existem autores que preferem tratá-la como “distúrbios”, “desordem” ou, ainda, “deficiências” na aprendizagem. O certo é que em cada abordagem há um objeto em comum: a aprendizagem ou sua ausência no meio escolar.

Foi enfatizado também que a educação especial e inclusiva são peças fundamentais no processo educacional, onde estão focados a escolarização de indivíduos com necessidades

educacionais especiais, sejam relacionadas à deficiências ou não, independente de ser esta ou aquela, focos esses que lutam pelo bem-estar do alunado e, o mais primordial, colocando os mesmos como autores de suas próprias histórias na sociedade.

O fato é que a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, hoje, pretende atender a indivíduos que possuem deficiências motoras, cognitivas, neurológicas ou outras incluídas na sala regular e também os que possuem dificuldades de aprendizagem, esta última entendida como um conflito nos processos da linguagem, seja falada ou escrita aglutinada à leitura, a ortografia e a caligrafia, e, também da aritmética, resultantes de uma possível desordem cerebral e/ou distúrbios de comportamento que nem sempre tem relação com algum tipo de deficiência ou fatores pedagógicos.

Os alunos que apresentam as características descritas acima são públicos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva por se entender que todos têm necessidades educativas especiais e que em muitos casos é necessário um atendimento educacional especializado em função das potencialidades de cada um.

Mediante essas informações, vale ressaltar que em relação aos educandos, é necessário que sejam ofertados estudos específicos, aptos à atender a todos, maior dinamização da aula, maior poder de criatividade, tarefas compartilhadas de um modo geral. Nesse contexto, pode-se perceber também a importância da participação da família nas relações sócio afetivas para que dessa forma se possa alcançar a tão desejada inclusão educacional e social.

Para tanto, é inevitável a presença de toda a equipe escolar no acompanhamento do indivíduo na condição de aprendiz, para que ele se sinta apoiado e não perca a automotivação. O corpo escolar em harmonia, a aceitação dos pais e/ou responsáveis frente à dificuldade, é fundamental para que a criança seja estimulada à aprendizagem e assim poder alcançar em ritmo mais rápido as competências e habilidades a ela objetivadas de acordo com a proposta educacional.

Logo, concluiu-se que os fatores que interferem na aprendizagem poderão advir dos mais variados ângulos, tais como do ambiente em que o aluno está inserido, das estratégias utilizadas nas práticas pedagógicas, de causas orgânicas, de causas sociais/ culturais entre outros – e não mais somente patológicas – que, por sua vez podem influenciar de forma negativa se transformando em dificuldades simples ou acentuadas de aprendizagem. Portanto, as dificuldades de aprendizagem não devem ser tratadas como algo simples e sem importância, mas diagnosticadas e tratadas de acordo com cada caso oferecendo condições favoráveis ao aprendiz.

6. Referências

- ANTUNES, Celso. **O jogo e o brinquedo na escola**. In SANTOS, S. M. P. Brinquedoteca a criança, o adulto e o lúdico. Petrópolis, Vozes, 2000.
- BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 13. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série legislação ; n. 263 PDF)
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em: 01 jul. 2013.
- CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da inclusão**. Rio de Janeiro: Wak, 2009. 224p.
- CORREIA, Luís. Miranda. **Dificuldades de Aprendizagem Específicas – Contributos para uma definição portuguesa**. Coleção Impacto Educacional. Porto, Porto Editora. 2008.
- CRUZ, V. **Dificuldades de Aprendizagem Específicas**. Lisboa: LIDEL - Edições Técnicas, 2009. BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

KIRK, Samuel A. **A Educação da criança excepcional**. São Paulo: Marins Fontes, 1962.

MAZZOTA, Marcos José da Silva. **Educação Especial no Brasil: História e política pública**. São Paulo: Cortez 1996.

OLIVIER, Lou. **Distúrbios de aprendizagem e de comportamento**. – Rio de janeiro: Wak Editora, 2011.

PAIN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. - Porto Alegre: Artmed, 1985.

ROSA, Suely Pereira da Silva; DELOU, Cristina Maria Carvalho; OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de *et. al.* **Educação Inclusiva**.- Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

SAMPAIO, Simaia. **Aspectos Neuropsicopedagógicos da Dislexia e sua influência em sala de aula**. In: SAMPAIO, Simaia; FREITAS, Ivana Braga de (Org.). **Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem: entendendo melhor os alunos com necessidades educativas especiais**. Rio de janeiro: Wak Editora, 2011.

SILVA, Joselma Gomes da. **Discalculia: ressignificar para intervir na sala de aula** In: SAMPAIO, Simaia; FREITAS, Ivana Braga de (Org.). **Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem: entendendo melhor os alunos com necessidades educativas especiais**. Rio de janeiro: Wak Editora, 2011.

VALERIANO, Roneide. **Disortografia: distúrbio ou falta de oportunidade?** In: SAMPAIO, Simaia; FREITAS, Ivana Braga de (Org.). **Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem: entendendo melhor os alunos com necessidades educativas especiais**. Rio de janeiro: Wak Editora, 2011.

Capítulo 05

A neuropsicopedagogia e a educação escolar na perspectiva da educação inclusiva: elos e paralelos

Vagner de Oliveira Pinheiro

Moisaníel Oliveira Pinheiro

Antonia Railheide de Oliveira Pinheiro

1. Introdução

O presente trabalho, que tem como temática A NEUROPSICOPEDAGOGIA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: elos e paralelos, traz como ponto de partida o entendimento da inclusão social/escolar como a capacidade de entender e reconhecer o outro, conviver e compartilhar os momentos e situações com as pessoas que os padrões postos pela sociedade as denominam como “diferentes”, ou seja, a educação inclusiva propõe o acolhimento de todas as pessoas, sem exceção, seja ela deficiente ou não. Não se trata de colocar junto, de aglomerar, mas de estar com, interagir com o outro, procurando ganhar com a vivência da experiência da diversidade possibilitando aos que são discriminados que ocupem o seu espaço na sociedade.

E, para tanto, a problemática impulsionadora da pesquisa foi: **Qual a relação existente entre a neuropsicopedagogia e a educação escolar a partir da perspectiva de educação inclusiva?**, que leva a necessidade de esclarecer, inicialmente, duas questões: Educação Inclusiva e Neuropsicopedagogia.

Assim, Pinto se posicionando sobre Educação Inclusiva, diz:

[...] a Educação Inclusiva é um movimento que compreende a educação como direito humano fundamental se constitui como base para uma sociedade mais justa. O atendimento de todas as crianças, a despeito de suas características, desvantagens ou dificuldades, implica habilitar todas as escolas para o atendimento em sua comunidade. (PINTO, 2017, p. 08)

Já Hennemann, para Neuropsicopedagogia, afirma:

Neuropsicopedagogia é a aliança da Psicologia, Pedagogia e Neurociência aplicada à Educação, cujo profissional é o neuropsicopedagogo, um exímio profissional que possui informação das bases neurológicas, do aprendizado e do comportamento. (HENNEMANN, 2012 apud CAMPOS, 2017, 2016)

Neste caso, percebe-se que as duas áreas descritas acima são áreas distintas, mas que se aproximam grandemente quando o assunto é inclusão, é o bem-estar do ser humano em convivência com a sociedade.

Logo, com a intenção de contribuir particularizando cada caso, as seguintes questões nortearam a pesquisa: Quais seriam os tópicos especiais que caracterizam os termos neuropsicopedagogia e educação escolar, enfatizando este último como a educação que ocorre no espaço da escola?; Qual(is) o(s) entendimento(s) de educação inclusiva e os desafios dentro do contexto educacional?; e, Quais as contribuições que a Neuropsicopedagogia poderá trazer para o contexto da educação inclusiva?

Deste modo, para melhor organização deste estudo, o presente texto é constituído por quatro tópicos: Tópico 1: Introdução; Tópico 2: Metodologia; Tópico 3: Desenvolvimento; Tópico 4: Conclusão.

Por conseguinte, constitui-se como objetivo geral demonstrar, com base em referenciais teóricos, a relação existente entre a neuropsicopedagogia e a educação escolar a partir da

perspectiva de educação inclusiva, seguido dos objetivos específicos: Discutir os tópicos especiais que caracterizam os termos neuropsicopedagogia e educação escolar, individualizando este último ao sentido da educação que ocorre como função da escola; Colaborar para o entendimento de educação inclusiva e os desafios dentro do contexto educacional; e, Pesquisar sobre as contribuições que a Neuropsicopedagogia poderá trazer para o contexto da educação inclusiva.

2. Metodologia

Para melhor entendimento, a bibliografia se apresenta a seguir de forma detalhada, fundamentando as opções metodológicas teoricamente:

- 2.1- **Tipo de pesquisa:** Bibliográfica, a partir do exame da literatura científica atualizada para levantamento e análise do que já foi produzido sobre a temática.
- 2.2- **Abordagem:** Qualitativa, por considerar que houve uma relação dinâmica entre o objetivo e a subjetividade do sujeito o que não pode ser traduzido em números, mas analisados e observados sob a ótica do pesquisador.
- 2.3- **Tempo:** Aproximadamente 3 a 4 meses, incluindo a organização dos instrumentais, a pesquisa e a redação final.
- 2.4- **Público alvo:** Dentre os principais autores, destacam-se como renomados e especializados na área em discussão: Bianca Acampora (2017), Russo (2015), Moura (2007), Martins (2008), Edler (2004) e Mitler (2003).
- 2.5- **Fonte:** Publicações impressas ou digitais em forma de artigos em revistas e sites, monografias, teses, dissertações, livros, publicações avulsas e imprensa escrita ou online, dicionários, enciclopédias, periódicos, resenhas, ensaios, apostilas, boletins, entre outros.

3. Desenvolvimento

3.1 - Neuropsicopedagogia e Educação Escolar: marcas conceituais.

Nesse tópico, procura-se tecer significações sobre os termos Neuropsicopedagogia e Educação Escolar. A neuropsicopedagogia como uma nova área que estuda a relação entre o cérebro, a mente humana e a aprendizagem, com o intuito de promover o desenvolvimento dos indivíduos, e, a Educação Escolar, neste caso, vem enfatizando que se distingue de educação como um todo, por se tratar de conhecimento sistemático/científico que contempla um a parcela da sociedade, enquanto que o termo educação sugere algo amplo, o aprendizado acontece em vários ambientes e em todo os momentos da vida.

3.1.1 - Neuropsicopedagogia.

Em meio aos debates sobre a educação inclusiva, uma área vem sendo cada vez mais requisitada por instituições que objetivam apresentar educação de qualidade para os aprendizes com alguma deficiência ou dificuldades de aprendizagem: a neuropsicopedagogia. Aliada a psicopedagogia, à neurociência e a outros campos científicos, esta área abarca conhecimentos amplos da neurologia do aprendizado e do comportamento, promovendo assim seu estímulo nos diversos contextos e, conseqüentemente, o sucesso no meio educacional.

A Neuropsicopedagogia é uma área que integra saberes da Neurologia, Psicopedagogia, Psicologia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, sendo portanto, uma área interdisciplinar, que busca compreender os processos relacionados a cognição, ao comportamento e à linguagem. (SAMPAIO; METRING, 2016, P.16)

De acordo com a fala dos autores, pode-se dizer que a Neuropsicopedagogia é um campo interdisciplinar de atuação que permite uma maior compreensão dos processos de ensino-aprendizagem e proporciona ao ser humano significativas condições educativas e sociais, pois parte de um pensamento conceitual particular, disciplinar, cultura e social no processo do aprender escolar e exige um olhar holístico que não pode ser percebido na fragmentação do indivíduo, mas a partir da triagem crítica de múltiplos aspectos sobre os fenômenos complexos que afetam e influenciam as diversas possibilidades de aprendizagem, sejam de cunho individual e/ou coletivo.

Nesse mesmo sentido, Acampora (2017, P. 32) ratifica, dizendo:

A Neuropsicopedagogia é uma área que estuda o sistema nervoso e sua atuação no comportamento humano, tendo como enfoque a aprendizagem. Por isso a Neuropsicopedagogia procura fazer inter-relações entre os estudos das Neurociências com os conhecimentos da Psicologia cognitiva e da Pedagogia.

Com base na fala dos autores pode-se afirmar que esta é uma área de conhecimento e pesquisa na ação interdisciplinar, com foco para as técnicas de ensino-aprendizagem, que por sua vez integra diagnóstico e intervenção em circunstâncias que envolvam essas técnicas no campo coletivo ou individual. Neste caso, o neuropsicopedagogo terá capacitação para intervir e reabilitar as funções neurofuncionais alteradas, nos quesitos relacionados às dimensões neurológicas, psicológicas e cognitivas do sujeito, bem como os aspectos afetivos e culturais em que está inserido.

A mesma autora supracitada, com apoio no que dispõe o art. 4º do projeto de lei 3512 de 2008, que regulamenta a função de psicopedagogo, ainda complementa dizendo que as mesmas atividades e atribuições da Psicopedagogia também podem servir

de base para a Neuropsicopedagogia em seus dois principais campos de atuação: clínico e institucional.

Os atendimentos neuropsicopedagógicos institucionais se darão exclusivamente em ambientes escolares e/ou instituições de ambientes coletivos e devem contemplar:

- a) Observação, identificação e análise do ambiente escolar nas questões relacionadas ao desenvolvimento humano do aluno nas áreas motoras, cognitivas e comportamentais;
- b) Criação de estratégias que viabilizem o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem do aluno;
- c) Encaminhamento do alunos a outros profissionais quando o caso for de outra área de atuação/especialização. (RUSSO, 2015, P.15)

Já os atendimentos neuropsicopedagógicos clínicos, segundo a mesma autora, serão atendimentos individualizados em consultórios particulares, espaço de atendimento, posto de saúde, terceiro setor, em locais adequados e devem contemplar:

- a) Observação. Identificação e análise do ambiente escolar relacionadas ao desenvolvimento humano do aluno nas áreas motoras, cognitivas e comportamentais;
- b) Avaliação, intervenção e acompanhamento do indivíduo com dificuldades de aprendizagem, transtornos, síndromes ou altas habilidades que causam prejuízos na aprendizagem escolar e social;
- c) Criação de estratégias que viabilizem o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem do aluno;
- d) Utilização de protocolos e instrumentos de avaliação e reabilitação devidamente validados, respeitando sua formação de graduação;
- e) Elaboração de relatórios e pareceres técnicos profissionais;
- f) Encaminhamento a outros profissionais quando o caso for de outra área de atuação/especialização. (RUSSO, 2015, P. 16)

Logo, pode-se concluir esse trecho dizendo que a Neuropsicopedagogia, apesar de ainda não ser considerada uma

ciência, mas apoiada nos conhecimentos da Neurociência aplicada a educação, com interfaces da Psicologia cognitiva e da Pedagogia possibilita um conhecimento mais aprofundado sobre a função do cérebro, entendendo a forma como esse cérebro recebe e processa todas as sensações para, a partir desse entendimento, poder adaptar as metodologias e técnicas educacionais aos aprendentes e principalmente, aqueles com aspectos emocionais e cognitivos diferenciados.

3.1.2 – Educação Escolar.

Inicialmente, convém enfatizar o fator aprendizagem o acompanha o ser humano desde seu nascimento até sua morte, contribuindo significativamente para o seu crescimento, maturidade e desenvolvimento como sujeito de interação social. E, o relacionamento do homem com o cotidiano e com os demais indivíduos que, por sua vez, contribui também para compreender, entender e organizar uma gama de experiências cotidianas que nunca param, já que a aprendizagem se dá durante toda a vida.

Para tanto, as aquisições de conhecimentos se dão das mais variadas formas, onde o processo de desenvolvimento da aprendizagem e as relações que o homem estabelece com o outro varia muito entre as sociedades, que vão desde um ensino com intervenções muito diretas dos adultos às crianças, a uma aprendizagem mais autônoma. (SALVADOR, 1999).

Salvador (1999), no mesmo sentido ainda assevera dizendo:

...de maneira bastante geral, o processo de desenvolvimento das crianças inicia-se na família, sendo os pais os primeiros cuidadores e educadores ao mesmo tempo; é o primeiro contexto de desenvolvimento, que em todas as culturas é visto, mais cedo ou mais tarde, progressivamente ampliado. As crianças participam, assim, de outros contextos e interagem com outras pessoas em uma diversidade de modalidades. (1999, p. 146)

São sábias as palavras do autor quando se refere a questão da educação que se dá em diversos lugares, porém vale ressaltar que é na escola que o conhecimento passa a ser sistematizado, organizado e analisado cientificamente. Na escola as informações são processadas e transformadas em conhecimentos com posicionamentos críticos. “[...] a escola é entendida como a promotora de educação mais sistematizada, apresentando finalidades próprias para o desenvolvimento do ser humano e para a constituição de sua personalidade. (PEREZ, 2012, p. 14)

E, Moura (2007, p. 12) ratifica dizendo:

Nas delimitações do espaço escolar, os objetivos da instrução tem sido ministrar ao homem o conhecimento, o uso dos objetos e habilidades precisos para sua vida profissional, orientado pelos interesses do mercado, sobretudo numa sociedade capitalista, onde o homem cada vez mais tem visto a escola apenas como um meio de ascensão social, através de uma possibilidade da aquisição de uma habilitação profissional.

Contudo o que já foi dito, pode-se dizer que, a escola passa a ser um espaço de estudos, socialização de culturas e problematização dos diversos saberes, sejam eles científicos ou não, ações essas que podem ser vistas como a base para a formação do indivíduo, sendo a escola o espaço para aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, como enfatiza Dolors (2003) no texto Os quatro Pilares da Educação, contribuindo com subsídios para que sua clientela desenvolva habilidades para enfrentar as circunstâncias da vida.

Neste caso, é válido enfatizar também que a escola e, conseqüentemente o que parte dela, não é neutra, mas está condicionada a interferências sociais que impulsionam seu currículo e funcionamento. Para tanto, Libâneo diz:

A prática escolar consiste na concretização das condições que asseguram a realização trabalho docente. Tais condições não se reduzem ao estritamente “pedagógico”, já que a escola cumpre

funções que lhe são dadas pela sociedade concreta que, por sua vez, apresenta-se como constituída por classes sociais com interesses antagônicos. A prática escolar, assim, tem atrás de si condicionantes sociopolíticos que configuram diferentes concepções de homem e de sociedade e, conseqüentemente diferentes pressupostos sobre o papel da escola, aprendizagem, relações professor-aluno, técnicas pedagógicas. (LIBÂNEO, 1986, p. 19).

Logo, tomando como referência a fala do autor pode-se dizer que os profissionais envolvidos no contexto educacional assumam a atitude de analista crítico dos fatores influenciadores do currículo escolar, não com um viés voltado apenas às questões das práticas pedagógicas, mas com o intuito de possibilitar a aprendizagem significativa, crítica e racional. Nesse caso, é necessário antes de tudo, que esses profissionais levem em consideração os sujeitos da aprendizagem, que os conheça, que possa perceber seus contextos, o que eles esperam, o que eles sentem, e como se posicionam diante da vida, e de suas vidas. (LEMES e ALEXANDRE, 2006)

3.2 - Educação inclusiva: pensando diferente do pensar a diferença.

Mesmo com muitos avanços nas questões relacionadas à educação ocorridas durante a história, o sistema de ensino atualmente, ainda, parece encontrar-se em situações de precariedade quando o assunto está relacionado a inclusão educacional da pessoa “diferente”, pois a defasagem escolar e os índices de reprovações e evasão são altíssimos. Contudo, sabe-se que hoje um dos principais fatores para que o cidadão se torne um ser sociável culturalmente é a escola, incluindo as exigências que a mesma impõe, pois a escola tem a atribuição de aceitar e respeitar todos os alunos no seu ambiente. Feito isso ela também tem que prestar contas de como o processo educacional acontece, extraindo

dados para que o mapeamento dos alunos no ensino formal seja apresentado à esfera maior da educação.

Para isso Martins (2008, p. 19) cita:

O processo educativo inclusivo traz sérias implicações para os docentes e para as escolas, que devem centrar-se na busca de rever concepções, estratégias de ensino, de orientação e de apoio para todos os alunos, a fim de que possam ter suas necessidades reconhecidas e atendidas, desenvolvendo ao máximo as suas potencialidades.

Cabe a escola e a todos os autores envolvidos no processo educacional o papel de suma importância de possibilitar o bom desenvolvimento educacional do aluno no processo de inclusão, tendo ela que se reestruturar para que uma educação de boa qualidade possa então se desenvolver, já que a todos cabe o dever dos princípios fundamentais como: valores, respeito, dignidade entre outros. Vale ressaltar que, está incluída nesses autores educativos, a estrutura familiar que pode, de forma positiva ou negativa, influenciar no desenvolvimento escolar, já que a ela também é responsáveis para que a relação família/escola se desenvolva de forma salutar.

Seguindo essa linha de raciocínio, espera-se, ainda, que o poder público aja em consonância com as leis e que as mesmas sejam de fato aplicadas no contexto da inclusão. Góes e Laplane (2007) afirmam que:

Partindo do exame da legislação e outros documentos políticos, o contexto esperado seria de um acesso ampliado dos alunos com deficiência a uma escola básica mais aberta para acolhê-los e mais habitada a fazê-lo. Deve-se considerar, contudo, ao olhar para as políticas que acompanham a materialização da educação dita inclusiva, no Brasil, que o que se faz é o resultado do embate de várias forças sociais e econômicas, portanto marcado para contradições.

Assim, se faz necessário à presença de elementos essenciais para um ensino de qualidade à diversidade, como: recursos pedagógicos; atendimento direcionado por profissionais especializados na área; capacitação dos professores da sala regular de ensino; interação desses alunos com os demais alunos envolvidos levando em conta seu contexto social; adaptação dos conteúdos repassados e acima de tudo respeito ao ensinar. Haja vista que o processo de aprendizagem é mais complexo quando há um bloqueio em uma ou mais dimensões do ser humano.

Raiça e Darcy (2006, p.44) afirma que:

[...] “A adequação começa pela comunidade escolar; o que significa envolver gestores, educadores, profissionais de apoio, famílias e alunos, ou seja, todos os implicados na transformação da escola visando ao atendimento da diversidade de crianças que demandam educação de qualidade”.

É imprescindível que, ao pensar em uma educação inclusiva, não se pense somente em inserir os alunos em uma turma regular de ensino, sem antes fornecer para estes as devidas condições, dando suporte e promovendo formas para que o mesmo não seja somente uma figura no processo educacional, mas propor a ele condições de aprendizagem e inserção social. Esta “dita inclusão” tão somente sem condições condizentes, colabora ainda mais para uma “inclusão excludente”. Proporcionar práticas pedagógicas inclusivo no trabalho educacional é fazer com que todos, sem qualquer distinção, tenham acesso ao conhecimento. Esta será a prática inclusiva necessária a toda comunidade escolar, acarretando assim responsabilidades a todos os envolvidos no sistema educacional. EDLER (2004, P. 112) cita que:

[...] “A inclusão, como desejável é necessário movimento para melhorar as respostas educativas das escolas, para todos, com todos e para toda vida, deve preocupar-se com a remoção das barreiras para a aprendizagem e para a participação, promovendo a interação, a integração entre os colegas de turma,

da escola... e, por certo com os objetos do conhecimento e da cultura”.

Seguindo este mesmo raciocínio, pode-se considerar a educação inclusiva como um processo que permite colocar valores em prática, sem demasias, já que está ancorada em princípios que atribuem igualdade de valores a todos os seres humanos. Em síntese, pode-se dizer que a inclusão é a junção de elementos e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, ou seja, ocorre quando se proporciona oportunidades semelhantes de acesso a bens e serviços a todos.

Para que a educação inclusiva seja um fato “efetivo”, exige que todos os agentes envolvidos estejam realmente envolvidos e comprometidos com ela. O convívio entre pessoas, independentemente de ser estimulado para garantirem direitos é sempre oportuno e necessário, pois, no mínimo, permite que se construam vínculos, levando-os a ver o outro em si mesmos e vice-versa.

[...] efetivar a inclusão é preciso [...] transformar a escola começando por descobrir práticas segregacionistas. [...] a inclusão significa um avanço educacional com importantes repercussões políticas e sociais visto que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais. (FIGUEREDO, 2002, p. 68).

Porém, tudo poderia ser resolvido se o diferente for apresentado como algo bom e inovador, e não como motivo para impulsionar a desconfiança, o medo ou quaisquer outros anseios negativos. O diferente e o desconhecido precisam ser vistos como significados de novos conhecimentos, novidades, novas culturas e muito aprendizado. Ao fomentar no dia a dia a temática inclusão possibilita aos alunos que simpatizem mais com as dificuldades que as pessoas poderão se submeter, o que pode impulsionar um relacionamento muito mais respeitoso graças a empatia que foi criada naquele ambiente.

Logo, diante de todas essas argumentações, cabe dizer que a inclusão de alunos “diferentes” - nesse caso o termo está relacionado aos alunos que estão à margem dos padrões sociais, sejam por cor, identidade sexual, classe social ou qualquer outra característica - no processo de ensino aprendizagem se torna importantíssima por contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

3.3 - As contribuições da Neuropsicopedagogia no contexto da educação inclusiva.

São de grande importância a compreensão e o discernimento de que a educação inclusiva não se faz apenas por decretos ou diretrizes. A inclusão deve ser assegurada por todos que cercam a escola. Por se tratar de um conjunto de atividades necessárias para se construir algo de forma coletiva, é preciso de uma mobilização e conscientização de toda a comunidade escolar.

O processo educativo demanda atitude e requer transformação, começando pela aceitação do Eu para depois aceitar o Outro. Assim, alguns teóricos do país defendem a inclusão escolar total, incondicional para Todos, como consequência da transformação do ensino regular. Neste caso Mantoan (1998, p. 3) propõe:

[...] uma verdadeira transformação da escola, de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitados as suas peculiaridades, necessidades e interesses, a sua autonomia intelectual, o ritmo e suas condições de assimilação dos conteúdos curriculares.

A transformação de/para uma escola inclusiva acontecerá quando realmente é oferecida condições necessárias para que os atores do processo possam estar efetivamente no espaço e contexto educativo. Só há escola inclusiva quando o sistema existente repensa minuciosamente o currículo transformando-o para que

possa atender as necessidades de todos os aprendizes. Mittler complementa afirmando que:

A inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que podem retornar a escola em algum momento futuro. A inclusão não é a colocação de cada criança individual nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo desse modo, valorizados. (MITTLER, 2003, p. 236 apud DRAGO, 2011, p.78)

Com base na fala de Mittler e relacionando à temática em questão, é adequado afirmar que a educação inclusiva defende a relação entre todos os indivíduos, não pelas semelhanças, mas pelas as diferenças, como uma possibilidade de enriquecimento do grupo, e conseqüentemente como uma possibilidade de aprendizagem multicultural. Nesse caso, propõe adequar os sistemas às necessidades de sua clientela, e, adequar o sistema, inclui, entre outros fatores, estrutura física e organizacional, aprimoramento do currículo, das práticas e das relações interpessoais sempre pelo entendimento de que não é a clientela que deve se adequar a instituição, mas a instituição à sua clientela.

É no contexto escolar que a inserção dos indivíduos nos grupos pode ser avaliada. É também nesse local onde os indivíduos podem ser conferidos com seus pares, com seu grupo social e etário, sua inserção e participação nas mais diversificadas práticas, inclusive as sociais. Porém, o ato de incluir e educar não são atos solitários, pois carecem de trocas e parcerias entre profissionais que percebam as possibilidades de aprendizagem de cada indivíduo nos mais diferentes modos de ser e estar nos grupos.

É nesse novo contexto educativo que se percebe a necessidade de um profissional que venha a contribuir oferecendo

suporte, nas questões pedagógicas, psicológicas e neurológicas, ou seja, mostrar de que forma se pode promover uma aprendizagem mais eficiente para os alunos nas suas individualidades. E é nesse momento que se percebe a importância do profissional da neuropsicopedagogia.

A função do neuropsicopedagogo na educação é precisamente a de sugerir novas visões educativas buscando a facilitação da aprendizagem, além da assimilação e diminuição das dificuldades educacionais inclusivas nos diversos níveis e modalidades de ensino/aprendizagem, pois os profissionais dessa área são qualificados, para: “Compreender e analisar o aspecto da inclusão de forma sistêmica, abrangendo educandos com dificuldades de aprendizagem e sujeitos em risco social” (ACAMPORA, 2017, P. 35) e, “Assessoramento técnico frente a instituições voltadas ao trabalho de Educação Especial Inclusiva[...]” (ACAMPORA, 2017, P. 35)

A inclusão no contexto educativo traz como metáfora um diamante (...), ele tem diferentes lados; é “multifacetado”. Muitos, ao contemplar um diamante, percebem somente o seu brilho, outros percebem somente sua superfície, alguns voltam seus olhos para a profundidade, mas há aqueles que têm a visão mais ampla, observam as “multifacetadas” (brilho, superfície, profundidade, fragilidade e por aí a diante). Isso é um trabalho multidisciplinar, um trabalho de equipe onde cada um na sua especialidade consegue ver focos diferentes dentro de um mesmo contexto e por consequência disso, o brilho final aparece reluzindo o trabalho de todos. (ACAMPORA, 2017, P. 38)

Os neuropsicopedagogos, além de todo aparato preventivo, abarcam conhecimentos que possibilitarão a otimização dos processos de ensino e aprendizagem. Corroboram para que se desenvolvam mecanismos que abordam os vários entraves para aprendizagem apresentados pelos aprendentes no ambiente escolar, procurando conectar vários intervenientes deste processo, tais como: professores, pais e colaboradores que juntos aspiram

uma melhoria significativa no desenvolvimento educativo, social e emocional do aluno.

Poderá também trabalhar de forma educativa com a comunidade escolar que se encontra fora da escola mediante a explanação e/ou orientação dos distúrbios e as procedimentos a serem desenvolvidos, com objetivo de realizar artifícios sistêmicos de prevenção e intervenção, destacando a família como principal agente prognóstico do sucesso da intervenção, sempre em um trabalho interdisciplinar com a equipe técnica escolar.

É com esse viés que a Neuropsicopedagogia está se tornando uma prioridade, pois é através da integração de diferentes abordagens e colaboração de várias disciplinas que possibilita a compreensão e as estratégias de intervenção clínica e/ou educacional, obtendo assim respostas práticas, conceituais e metodológicas fazendo com que a inclusão educacional ultrapasse vários limites interposto pela sociedade, derrubando as barreiras do preconceito e da discriminação. Possibilita, ainda, olhar para diferença como uma característica social do ser humano e que ela (a diferença) pode ser a alavanca para construção e/ou troca de saberes ampliando a bagagem de conhecimentos que cada um poderá apresentar diante de uma sociedade heterogênea em que se constituem a sociedade atual.

4. Considerações finais

Analisando o contexto educacional atual, percebe-se que a inclusão de alunos no contexto educacional está passando por momentos de transformações que, por sua vez, vem requerendo dos profissionais renovações nas práticas educativas, metodologia e ações que incluam os alunos no contexto escolar e com respeito às suas diversidades. Nesse caso, acredita-se que um dos primeiros passos para que a inclusão se efetive de fato é a contribuição de profissionais especializados com olhares específicos para além da didática e práticas pedagógicas.

Contudo, novo entendimento de estímulo à aprendizagem vem sendo reconstruído perante às contribuições das Neurociências. Diferentes áreas de atuações entenderam a obrigatoriedade de adicionar os conhecimentos das neurociências aos seus. Nesse caso, surgem o interesse pelas mais diversas áreas da ciência, tais como: neurociência, psicologia, neuropsicologia, fonoaudiologia, psicopedagogia e também a Neuropsicopedagogia.

Para tanto, esse artigo foi motivado pela problemática que questionava a relação existente entre a neuropsicopedagogia e a educação escolar a partir da perspectiva de educação inclusiva, e, constatou que há uma relação muito afinada entre ambas as áreas, visto que a pesquisa contribuiu para a compreensão de que a prática profissional do neuropsicopedagogo no contexto da educação escolar transcorre o contexto da educação inclusiva porque ambas têm a função de contribuir para a inserção integral do homem na sociedade possibilitando com que ele seja autor principal de seus projetos de vidas.

Nesse caso, vale ressaltar que o objetivo proposto inicialmente foi contemplado plenamente, pois foi possível perceber que a Neuropsicopedagogia aos poucos vem conquistando espaço no território brasileiro, pois vem surgindo como uma nova área do conhecimento e pesquisa na atuação interdisciplinar abarcando conhecimentos de diversas áreas, tais como das Neurociências, da Psicologia Cognitiva e da Pedagogia, assim como ficou entendido também que a educação escolar é um ramo da educação geral que se preocupa com a sistematização do conhecimento formal e por isso tem uma organização peculiar.

As pesquisas também contribuíram para alcançar o segundo objetivo já que possibilitou o entendimento de que a educação inclusiva vai muito além de integrar os alunos deficientes dentro da escola, ela procura incluir a todos, independentemente de qualquer peculiaridade, no sistema fazendo com que todos tenham as mesmas condições de acesso as conquistas sociais. Porém a

educação inclusiva ainda enfrenta muitos desafios que vão desde a escassez de recursos pedagógicos, falta de apoio especializado e capacitação profissional até o próprio respeito pelo ser humano.

E, a Neuropsicopedagogia, mesmo ainda não sendo reconhecida como ciência, muito pode contribuir para a educação inclusiva, pois abarca conhecimentos neurocientíficos e tem seu foco nos processos de ensino aprendizagem. Está pautada em atividades que avaliam e intervêm nos processos contribuindo para o desenvolvimento de cada um. Está focada nas possibilidades e procura encontrar o melhor estilo de aprendizagem de cada aprendiz.

Contudo, compreendeu-se que por meio de estudos de como o cérebro aprende e as interferências que ele recebe, a neuropsicopedagogia contém artifícios e práticas eficazes para lidar com situações de dificuldades de aprendizagem, sejam elas relacionadas à questões individuais ou sociais, propondo, dessa maneira, sugestões alternativas para o processo educativo no sentido de que se torne possível a inclusão e a aprendizagem dos indivíduos vistos como diferentes, por trazer a eles o sentimento de pertença aos grupos.

Logo, espera-se que este texto venha fornecer subsídios que fomentem o conhecimento e aperfeiçoem a prática dos profissionais da saúde e educação, contribuindo no sentido de melhor conduzir as questões sociais relacionadas ao preconceito e a discriminação a partir do entendimento que a sociedade é um sistema vivo e dinâmico, composto pela diversidade. E além do mais, contribuir para a sensibilização sobre a importância do respeito que se deve ter com as diferenças, ajudando a formar cidadãos éticos e solidários que se preocupam com o bem-estar do outro com quem convive na sociedade, derrubando as barreiras do preconceito e da discriminação e assim poder construir uma sociedade digna e justa.

5. Referências

- ACAMPORA, Bianca. Neuropsicopedagogia: a interlocução entre Neurociência e aprendizagem. In: PEDRO, Waldir (Org.). **Guia prático de Neuroeducação: Neuropsicopedagogia, Neuropsicologia e Neurociência.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.
- CAMPOS, Ana Maria Antunes de. As contribuições da Neuropsicopedagogia à Educação Matemática. In: PEDRO, Waldir (Org.). **Guia prático de Neuroeducação: Neuropsicopedagogia, Neuropsicologia e Neurociência.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.
- DOLORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** 2ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.
- DRAGO, Rogério. **Inclusão na Educação Infantil.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- EDLER, Carvalho, Rosita. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"/Rosita.**- Porto Alegre :Mediação, 2004.
- FIGUEIREDO, R. V. **Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade** in ROSA de E. G. e SOUZA V. C. (Org.) Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- GÓES, Maria Cécilia Rafael de/ LAPLANE, Adriana Lia Frizman de: **Políticas e práticas de educação inclusiva** (orgs.) : ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2007. – (Coleção educação contemporânea).
- LEMES, Rhodolfo Pereira; ALEXANDRE, Sebastião - **Os fatores que interferem no processo de ensino e aprendizagem** - BRASÍLIA, 2006.
- LIBANEO, José Carlos. **"Tendências pedagógicas na prática escolar"** Democratização da escola pública. São Paulo, Loyola, 1986.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 1998.

MARTINS, L.A. R.(Org.). **Inclusão: compartilhando saberes**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

METRING, Roberte; SAMPAIO, Simaia (org.). **Neuropsicopedagogia e aprendizagem**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

MOURA, Gercinaldo. Escolarização e educação: da convergência e divergência. **Rios Eletrônica** – Revista Científica da FASETE – Ano 1 – Nº 01 – Agosto/2007. Disponível em: < https://www.fasete.edu.br/revistarios/media/revistas/.../escolarizacao_e_educacao.pdf >. Acesso em: 30 de Março de 2019.

PEREZ, Marcia Cristina Argenti. Infância e escolarização: discutindo a relação família, escola e as especificidades da infância na escola. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista v. 8, n. 12. p. 11-25 jan./jun. 2012. Disponível em: < [periodicos.uesb.br/index.php/ praxis/article/view/731/704](http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/731/704) >. Acesso em: 30 de Março de 2019.

PINTO, Nelma Alves Marques. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: SESES, 2017.

RAIÇA, Darcy. **Dez questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental**/ Darcy Raiça, Cláudia Prioste, Maria Luiza Gomes Machado. - São Paulo: Avercamp, 2006.

RUSSO, Rita Margarida Toler. **Neuropsicopedagogia clínica: introdução, conceitos, teoria e prática**. – Curitiba: Juruá, 2015.

SALVADOR, Cesar Coll. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 146.

Capítulo 06

A importância da afetividade na relação educador e educando

Crisnelton da Costa Fonseca

Elessandra Maria de Oliveira Pinheiro

Moisaníel Oliveira Pinheiro

1. Introdução

O presente artigo procura viabilizar reflexões a respeito da importância da afetividade na relação professor e aluno, trazendo a tona um olhar sobre as práticas pedagógicas e o relacionamento interpessoal como fatores inerentes que contribuirão para o enfrentamento ao fracasso escolar, ao mesmo tempo em que discute mecanismos para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem de forma que colabore para uma troca mútua e saudável entre quem ensina e quem aprende, favorecendo um ambiente rico em trocas de conhecimentos.

Estudos mostram que os seres humanos se constroem em diálogo, pois são essencialmente sociais e comunicativos. Desse modo, têm-se os laços afetivos como norte para possibilitar a socialização com os demais, pois a partir dessas teorias põe-se como meta expor que, a afetividade entre educador/educando, é uma das principais ferramentas para a evolução no processo de desenvolvimento cognitivo do aluno, posto que os laços de afetividade tem grande importância no ensino e aprendizagem conforme destacam as teorias e ideias que versam sobre o assunto. Diante disso, foi tomado como referência para a construção desta

pesquisa, a seguinte problemática: Qual a importância da afetividade na relação educador e educando?

Assim, o questionamento supracitado deu origem a temática “A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA RELAÇÃO EDUCADOR EDUCANDO”, e, para esclarecê-la melhor, as questões norteadoras a seguir foram elencadas: Qual o significado de afetividade de acordo com as teorias que tratam sobre a temática?; Como o diálogo pode favorecer a construção da afetividade?; Qual a contribuição da afetividade na relação educador e educando no sentido de desenvolver a aprendizagem?

Para tanto, objetivou-se conhecer a importância da afetividade na relação educador educando, seguido dos objetivos específicos: 1- Investigar o significado de afetividade de acordo com as teorias que tratam sobre a temática; 2- Pesquisar como o diálogo pode favorecer a construção da afetividade; 3- Analisar a contribuição da afetividade na relação educador e educando no sentido de desenvolver a aprendizagem.

Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica a partir de livros e outros meios em uma abordagem analítico-discursiva que ora faz conexões entre ideias de autores distintos em que se destacam: Paulo Freire (2016) na obra *Pedagogia do Oprimido*, explicando meios de se alfabetizar, e dando credibilidade na “educação como prática de liberdade”; Paulo Freire (1996), enfatizando sobre a relevância do diálogo; Libâneo (2005) em *Educação na era do Conhecimento em Rede e Transdisciplinaridade*; Vigotsky (1991), *Pensamento e Linguagem*; Libâneo (2006) em *Democratização da Escola Pública: a Pedagogia crítico-social dos conteúdos*; entre outros, todos grandes e renomados pensadores no campo da pesquisa voltada para o desenvolvimento cognitivo e práticas pedagógicas, sugerindo em suas obras métodos e formas que contribuem explicando e expondo pontos que viabilizam o trabalho docente dentro do contexto da afetividade entre educador/educando, e oferecendo suporte profissional e as possibilidades e compromissos da ação docente.

E, para complementar a compreensão da temática abordada, foram estabelecidos os seguintes tópicos: 1 - Introdução; 2 - A afetividade: concepções teóricas; 3 - O diálogo como instrumento que favorece a afetividade; 4 - A relação educador e educando: contribuições da afetividade; 5 - Conclusão, trazendo as considerações finais sobre a pesquisa.

Em suma, esse trabalho traz análises e pesquisas do papel da relação afetiva no desempenho das atividades escolares entre professor e aluno, considerando as fundamentações teóricas pedagógicas de grandes estudiosos, posto que a afetividade representa para a relação dos mesmos, grande instrumento que possibilita e desperte no docente a motivação, a segurança e a melhoria no seu desempenho escolar na aplicabilidade de suas funções, e o aluno ganha como suporte, atitudes que o direcionem a uma maior absorção dos conhecimentos ao trajeto de seu desenvolvimento educacional e social.

2. Afetividade: concepções teóricas.

Segundo o Mini Dicionário Luft (2010, p. 37), a afetividade é a “qualidade de afetivo[o], sentimento[o]; afeição profunda, o objeto dessa afeição, zelo, cuidado”. A palavra afeto vem do latim *affctur* (*afetar /tocar*) e é o elemento básico da afetividade. Ainda de acordo com o dicionário de Filosofia de Abbagnano (1998), a palavra afetividade designa o conjunto de atos como bondade, inclinação bondade, inclinação, devoção, proteção, gratidão, apego, resumindo, pode ser caracterizado sob a preocupação de uma pessoa por outra, por outra, tendo apreço por ela, cuidando dela, dessa maneira, a mesma corresponde positivamente aos cuidados ou a preocupação.

No tocante a uma educação que seja benéfica, inspiradora e que possa atingir níveis elevados e recíprocos de desenvolvimento sócio-emocional-cognitivo em um ambiente escolar, torna-se imprescindível uma ação metodológica voltada para a construção

de laços afetivos entre educando e educador, algo que transcenda a simples e pura transferência de conhecimento, ou seja, a chamada “Educação Bancária”, proposta pela Pedagogia Liberal-Tradicional, em que predominam modelos (atônitos) de interação, pautados em comandos exclusivos do educador para com seus educandos. Nesse último caso, o relacionamento do professor com o aluno funciona, de acordo com Libâneo, sob a seguinte perspectiva:

Predomina a autoridade do professor que exige atitude receptiva dos alunos e impede qualquer comunicação entre eles no decorrer da aula. O professor transmite o conteúdo como verdade a ser absorvida; em consequência a disciplina imposta é o meio mais eficaz de assegurar a atenção e o silêncio (LIBÂNEO, 2006, p. 24)

Segundo os PCN’s (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997, p. 69), em relação aos componentes curriculares direcionados ao ensino fundamental, os mesmos devem promover o florescimento de capacidades relacionais-interpessoais, cognitivas, afetivas, éticas e estéticas, para que os alunos também intercedam nos cenários sociais de forma a manter-se em constante diálogo com os outros sujeitos, aprendendo e repassando noções e comportamentos éticos, respeitosos, solidários, cooperativos e com base na justiça e, reforçando, portanto, todas as formas de intolerância, discriminação, preconceito e injustiças sociais.

Desse modo, a boa relação entre ensinante e aprendente, pode e será determinante para a construção e fortalecimento dos aspectos cognitivos do educando para se obter um conjunto de boas e saudáveis relações interescolares que certamente terá um crescimento físico-emocional melhor estruturado. Como contrapõe Paulo Freire:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente memorizam e repetem. Eis aí a concepção

“Bancária” de educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos, é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (FREIRE, 2006, p. 104)

Para contrapor o modelo liberal-tradicional de educação, utiliza-se como parâmetro central de análise a teoria da afetividade, em que as tarefas do cotidiano escolar, sob esta ótica, parecem reproduzir um desempenho escolar mais eficiente e duradouro, através de um tratamento professor-aluno bem mais humanístico e prazeroso, onde há um desenvolvimento de capacidades físico-intelecto-emocionais em um ambiente de diálogo intenso, avesso a uma hierarquia de poder dogmático e fechado.

Para esta discussão, é válido também ressaltar a categoria dos pensadores chamados de “construtivistas”, neste caso, Jean Piaget (1896 - 1980) que criou a teoria denominada “Epistemologia Genética” que propõe compreender parte das relações afetivas decorrentes no período de desenvolvimento da criança. Assim como Piaget, Lev Vygotsky (1896 - 1934) também defende o equilíbrio entre os fatores determinantes por meio do afeto, através de um entendimento da infância de acordo com as compreensão da realidade por parte de um indivíduo adulto, o que significa um avanço. Na perspectiva de Vygotsky:

A afetividade é um elemento cultural que faz com que tenha peculiaridades de acordo com cada cultura. Elemento importante em todas as etapas da vida da pessoa, a afetividade tem relevância fundamental no processo ensino aprendizagem no que diz respeito à motivação, avaliação e relação-professor e aluno. (1998, p. 42)

Assim, a afetividade pode ser entendida como um domínio funcional, cujo desenvolvimento dependente da ação de dois fatores: o orgânico e o social. Entre esses dois fatores existe uma relação recíproca que impede qualquer tipo de determinação no desenvolvimento humano, tanto que a constituição biológica da criança ao nascer não será a lei única do seu futuro destino. Os

seus efeitos podem ser amplamente transformados pelas circunstâncias sociais da sua existência onde a escolha individual não está ausente. A afetividade também é concebida como o conhecimento construído através da vivência, não se restringindo ao contato físico, mas à interação que se cria entre as partes envolvidas, na qual todos os atos comunicativos, por mostrarem comportamentos, intenções, crenças, valores, sentimentos e desejos, afetam as relações e, conseqüentemente, o processo de aprendizagem.

Por conseguinte, fica claro que, de acordo com as concepções teóricas que versam sobre a temática em questão, a afetividade diz respeito aos processos de ensino e aprendizagem e da relação direta do afeto com a socialização da criança, no qual, afetos são estruturas que constituem as interações dos indivíduos com a sensibilidade, por meio da motivação e da conscientização alcançadas em suas formações.

3. O diálogo como instrumento que favorece a afetividade.

O diálogo para educação funciona como fórmula indispensável ao educador na realização de suas tarefas cotidianas, já que um bom educador precisa ter o domínio de um bom diálogo. Por isso, o diálogo se faz em uma relação horizontal, em que a confiança de um para com o outro é consequência óbvia. (FREIRE, 2006a).

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição, um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada (FREIRE, 2006a, p. 97).

Dessa maneira, Freire explicita claramente que o educador possui ferramentas para facilitar o diálogo e destaca que o profissional, por meio do afeto e da compreensão pode ser capaz

de promover mudanças benéficas na sua relação com o educando, sendo o diálogo, o seu principal instrumento. São saberes necessários à prática docente, viver a abertura respeitosa aos outros e, de vez em quando, de acordo com o momento, tomam a prática do diálogo com o outro como instrumento de reflexão, para auxiliá-lo na aventura docente.

Os laços de afetividade como ferramenta para o ensino-aprendizagem consistem na habilidade que o professor tem de intervir pedagogicamente para facilitar a abertura do diálogo. Dessa forma, o educador tanto fortalece o vínculo de relacionamento, como viabiliza sua prática profissional. Por isso, é por meio da relação dialógica que se confirma a importância da abertura da confiança entre os dois sujeitos (professor e aluno), como afirma Freire:

A razão ética da abertura, seu fundamento político, sua referência pedagógica: A boniteza que há nela como viabilidade do diálogo. A experiência da abertura como experiência fundante do ser inacabado que terminou por ser saber inacabado. Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros à procura de aplicação, de respostas a múltiplas perguntas”. (FREIRE, 2006, p. 133)

A afirmação de Freire quanto ao diálogo e a abertura a ele enfatiza o educador com seu gesto dialógico já que esse profissional possui as ferramentas e os instrumentos necessários para construir laços de afetividade e obter os melhores êxitos no processo de ensino-aprendizagem do educando. O diálogo liga as interações sociais às relações entre pensamento e linguagem, uma vez que o significado da palavra é simultaneamente pensamento e fala, é no diálogo que se encontra a unidade do pensamento verbal que tanto se procura.

Alguns escolanovistas também defendem o diálogo como uma forma inovadora que auxilia no desenvolvimento humano. Por exemplo, Gadotti (1996, p. 46) assim expressa: “[...] os seres

humanos se constroem em diálogo, pois são essencialmente comunicativos. Não há progresso humano sem diálogo. Para ele, o momento do diálogo é o momento em que os homens se encontram para transformar a realidade e progredir”.

O diálogo exige um pensar verdadeiro, um pensar crítico. Ele não dicotomiza homens e mundo, mas os vê em contínua interação. Enquanto ser inacabado, o homem se faz na interação com o mundo, objeto da práxis transformadora.

Numa relação amorosa, por exemplo, o diálogo é a palavra compartilhada, cheia de sentido, de vida, de experiência que emana da realidade concreta do ser humano. Ela mesma é “cheia de amor” e financiadora do “inédito-viável”, tendo como pressupostos relações verdadeiras e comprometidas. O princípio da dialogicidade é a base de um dos pilares da construção afetiva. “Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a ‘pronúncia’ do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda. Sendo fundamento do diálogo, o amor, é, também, diálogo” (FREIRE, 2006).

Vale ressaltar, que a comunicação não se limita em pedir, ou dar sua opinião sobre determinado assunto, ou transmitir o que se pretende falar. Mas um ato político, o que implica em pensar que tipo de homem, de formação, e que tipo de sociedade se deseja. Nem toda educação como ato político é transformadora. É através do diálogo que se dá a transformação do homem. Diálogo é o caminho que faz o ser humano buscar a liberdade e rejeitar a manipulação porque abre caminhos à socialização dos indivíduos que o fazem como rota para a vivência em harmonia.

A partir desse pensamento dialógico, percebe-se a necessidade de superação e transformação da realidade atual. Essa abordagem contempla a visão de educador que propõe uma metodologia que possibilite ao aluno se apropriar, construir, reconstruir e produzir conhecimento. Não se trata apenas de uma mudança de método, mas de uma postura pedagógica.

4. A relação entre educador e educando: contribuições da afetividade.

As emoções são consideradas por Wallon (1995), como a origem da consciência, posto que é no interjogo relacional que a sensibilidade se desenvolve, mas essas emoções serão apenas o início da partida da consciência do indivíduo por intermédio do grupo, no qual elas começam por fundi-lo recebendo as fórmulas diferenciadas de atitudes e os mecanismos intelectuais, sem os quais lhe será impossível efetuar as distinções e as classificações necessárias ao conhecimento de si mesmo e do mundo que o cerca. A teoria psicogenética de Wallon visa estudar a pessoa completa, considerada igualmente em seus domínios afetivos, cognitivos e motor e em seus contatos com o meio. “Os domínios funcionais entre os quais se dividirá o estudo das etapas que a criança percorre serão, portanto, os da afetividade, do ato motor, do conhecimento e da pessoa”. (WALLON, 1995, p. 135).

Dessa maneira, entende-se que há reciprocidade entre o afeto e as situações que são impostas ao aluno. Então, afetividade e inteligência estão intimamente relacionadas, tendo entre a emoção e a razão uma relação de filiação e oposição ao mesmo tempo. Ora a razão irá explicar e favorecer o entendimento da emoção e assim reduzir seu afeto desagregador, ora a emoção favorecerá que se compreenda as razões de um determinado gesto, ou assunto imposto pelo educador.

O professor com seu aluno ao cotidiano se veem com frequência não raras vezes num ambiente com cargas elevada de temperatura emocional. O educador precisa ser um mediador, procurando resgatar e garantir um espaço de convivência para o ensinar e o aprender, evidenciando diferentes técnicas de ensino. O educador tem um leque de estímulos e o educando não se limita aos padrões comuns, como Demo complementa: “As metodologias educacionais, não são mais como receitas que finalmente se enfeixam na aula reprodutiva e na prova tola, mas como

estratégias de cuidados com a aprendizagem dos alunos, exige-se mudança profunda por vezes frontal de paradigma”. (DEMO, 2004, p.58)

Este processo de relacionamento pode ser otimizado se a emoção for incluída entre os propósitos da ação docente através do educador e de suas intervenções pedagógicas, o que supõe o conhecimento profundo para um bom funcionamento. A transformação e a influência da afetividade no desenvolvimento cognitivo do educando, só terá fundamento caso o educador também tiver afinidade de carinho com seus alunos, pois através da construção, e fortalecimento desses laços a criança terá melhor desenvoltura no processo ensino e aprendizagem.

Pro questões relacionadas a otimização do relacionamento entre professor e aluno é que compreende-se que a pedagogia pode oferecer variadas ferramentas que possibilitam aos profissionais de sua área de formação, uma visão holística mais apurada, no qual consiste em adotar meios e formas de auxiliar o aluno no seu desenvolvimento educacional, tanto dentro como fora do âmbito escolar, dando ênfase as relações família-aluno, professor-aluno e professor-pais de alunos. Dessa maneira, poderá tornar muitos fatores relevantes para formação social e educacional do aluno nos seus estágios de aprendizagens.

No trabalho do educador, é de suma importância, entender que as emoções são indispensáveis nas suas tarefas desenvolvidas dentro da sala de aula, pois poderá qualificar as relações para/com maior sensibilidade na convivência e até a auto percepção. A sensibilidade atitudinal é benéfica e vigorante – o educador pode acreditar e investir nessa prática, conectando-se à paciência e a disposição emocional. É inevitável não associar a palavra mobilizar-se, para algo melhor ou para levantar prioridades, por isso, mobilizar-se na educação é um movimento constante dentro da escola, onde todos, docentes e discentes, se envolvem de maneira emocional e afetiva, facilitando a convivência e bons resultados das relações.

Assim, compreende-se que a afetividade está totalmente vinculada com as experiências educacionais, à medida que ela se desenvolve reforça o comportamento padrão comum ocorrente entre emoções e relações de aprendizagem, partindo de que os indivíduos se constroem entre si, evidencia os laços de afetividade construindo entre educador/educando, contribui diretamente nos estímulos de interesse do aluno, nos conteúdos propostos pelo professor, dando mais ênfase e eficiência nos objetivos da educação.

Na teoria piagetiana, moral e afeto se conjugam em harmonia: o sujeito autônomo não é reprimido, mas um homem livre, convencido de que o respeito mútuo é bom e legítimo. Ele considera que a “emoção”, que sustenta um grande otimismo em relação as pessoas. No entanto, para ele, o estudo sobre o juízo moral poderia ter sido completado por outros que se detivessem mais nos aspectos afetivos do problema, viabilizando compreendê-los em seu contexto. Piaget, como defensor da afetividade e sua importância para a assimilação das estruturas sócio cognitivo da criança, afirma: “para que a inteligência funcione, é preciso um motor que é o afetivo. Jamais se procurará resolver um problema se ele não lhe interessa. O interesse, a motivação afetiva é o móvel de tudo” (BRINGUIER, 1977, p. 71).

Assim como a teoria Piagetiana, Wallon também ver a dimensão afetiva como de fundamental importância, seja do ponto de vista da construção da pessoa, seja do ponto de vista do conhecimento, já que acredita ser marcante para o desenvolvimento da criança. Para Wallon (1995), a dimensão afetiva ocupa lugar central, tanto do ponto de vista da construção da pessoa quanto do conhecimento. A emoção é instrumento de sobrevivência típico da espécie humana. Em sua concepção, as teorias sobre as emoções são essencialmente mecanicistas e pouco inteligíveis. Ele as percebe, primeiramente, como reações incoerentes e confusas, e em seguida, destaca o poder motivante que têm as emoções consideradas por ele positivas: “A afetividade, nessa perspectiva, não é apenas uma das

dimensões da pessoa: ela é também uma fase do desenvolvimento a mais arcaica. O ser humano logo que saiu da vida orgânica é um ser afetivo para depois lentamente, desenvolver a vida racional”. (WALLON, 1995, p. 90).

As teorias supracitadas, explica muito sobre a interação por meio da afetividade, para elas, não existe estado não emocional, pois até a serenidade exprime emoção. Assim, a educação da emoção deveria ser incluída entre os propósitos da ação pedagógica para evitar a formação do “circuito perverso de emoção”, já que a emoção poderá aparecer num momento de falta de possibilidades para resolução e adaptação do sujeito à situações diferenciadas. O efeito desorganizador da emoção concentra a sensibilidade no próprio corpo e diminui a percepção do exterior.

O ser humano propicia os laços afetivos, por isso, é capaz de usá-los como instrumento para o seu próprio benefício, pois afetividade e a inteligência estão sincronicamente misturadas. Dessa maneira, vínculos afetivos são relacionais com uma certa intenção de seres que interagem constantemente através das influências emocionais e afetivas que os constituem socialmente.

Conceitualmente a afetividade é um domínio funcional cujo desenvolvimento é dependente da ação de dois fatores: orgânico e o social [...] A afetividade é uma das dimensões mais antigas do desenvolvimento humano, pois o homem logo que deixou de ser orgânico passou a ser afetivo e lentamente passou para a vida racional. (WALLON, 1959, p. 267).

Entende-se que por intermédio das modificações comportamentais da área afetiva que a relação professor e aluno pode auxiliar para a fixação dos valores e ideais que a justificam o ensino e a aprendizagem. Posto dessa forma, entende-se que pessoa se constitui por uma sucessão de fases com predomínio, ora do afetivo, ora do cognitivo. Daí que se concretiza que a afetividade entre educador/educando, pode ser um grande recurso para se atingir os objetivos educacionais desejados, formando futuras

pessoas que se preocupem em tratar as outras com respeito em suas diferenças culturais e sociais.

5. Considerações finais

O presente texto procurou ressaltar a relação de afetividade que deve existir entre educador e educando, e se fundamentou nas teorias dos grandes pensadores que dedicaram grande parte de suas vidas para expor explicações e fatos que nos levam a compreensão e a ação, na qual dar ênfase a importância dos laços emocionais e afetivos, que são de extrema importância para o desenvolvimento educacional e possibilita adaptações às diversas situações que a criança enfrenta no âmbito escolar. Nesse caso, o professor como sujeito mediador e protagonista junto com o aluno, tem como prioridade adotar tais conhecimentos, nos quais busquem compreender, interpretar e resolver supostos problemas.

Durante os estudos realizados pode-se perceber que ainda hoje, no ambiente escolar, os educadores trabalham o processo de aprendizagem dividindo a criança em duas metades, a cognição e a afetividade, porém a pesquisa também mostrou que esse é um dos maiores enganos existente na maioria das propostas educacionais da nossa atualidade, pois afetividade e cognição, não podem estar desvinculadas quando se trata de aprendizagem humana nos dias atuais.

Os laços afetivos são, sem sombra de dúvidas, uma obrigatoriedade se o educador realmente tem como objetivo propor ao aluno meios e formas para que ele chegue ao conhecimento, que desperte e instigue o interesse para estudar, pois observa-se que, a emoção e o afeto entre professor e aluno, é uma das maiores ferramentas para o desenvolvimento educacional. Como ressalta os escolanovistas, emoções afetivas e inteligência, fazem parte do desenvolvimento humano, por isso o educador que busca dar um suporte para seu aluno, deve se

enquadrar nessa proposta, inovando-se conforme as necessidades do seu aluno.

Ficou compreendido ainda que as intervenções pedagógicas do professor devam propor acervos de métodos e caminhos para resolverem problemas, estimulando-o para que se transforme em sujeito da mudança sobre a construção dos laços emocionais, tendo em vista que é por meio dessas relações e interações que a criança evolui. O bom relacionamento motivado pelo profissional de educação estimula o interesse e desenvolvimento da aprendizagem, tornando a interação mais eficaz e significativa.

O professor deve realizar suas observações para conhecer as características de seus alunos para saber como trabalhar corretamente considerando que relação entre personalidade e a emoção é fundamental para o desenvolvimento psíquico e que o papel da emoção é muito importante no desenvolvimento do aluno.

Para tanto, conclui-se entendendo que se faz necessário uma mudança nos paradigmas dos sistemas educacionais pautados na aprendizagem, levando as potencialidades cognitivas dos alunos e as relações afetivas no processo, e não apenas as disciplinas e resultados quantitativos, que favorecem uma pequena parcela dos alunos. É necessário levar em consideração a importância das relações interativas entre docente, ou seja, uma relação recíproca de respeito, amizade, valorização, estímulo e participação, a fim de facilitar o ensino e a aprendizagem. A afetividade entre educador/educando é, sem dúvida, um mecanismo de grande relevância para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem nesse complexo sistema educacional.

6. Referências

ABBGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução Alfredo Bosi. 21^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRINGUIER, J. C. **Conversando com Jean Piaget**. Rio de Janeiro – São Paulo, 1977.

DEMO, Pedro, **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia Saberes necessários a Prática Educativa**. 53^a ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006a.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 60^a ed. – Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 2006b.

GADOTTI, M. (org). **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: UNESCO, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 21^a ed. São Paulo: Loyola, 2006.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1995.

Sobre os autores

Organizador

Moisaniel Oliveira Pinheiro

Neuropsicopedagogo (UCAM). Psicopedagogo Institucional com habilitação em Educação Especial (Unisaber). Psicopedagogo Clínico e Institucional (FACIBRA). Especialista em Gestão Escolar (UVA). Especialista em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica (FUTURA). Especialista em Legislação Educacional (FUTURA). Especialista em Psicologia da Educação e Aprendizagem (UCAM). Especialista em Psicologia: orientação vocacional / profissional (FAVENI). Especialista em Psicanálise (FACEL). Especialista em Libras/Braille (FUTURA). Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa/ Inglesa (FUTURA). Pós-graduando em Arteterapia (FUTURA). Pós-graduando em Psicomotricidade Clínica e Institucional e TGD (FUTURA). Pós-graduando em Tutoria em Educação a Distância e Docência do Ensino Superior (FUTURA). Licenciado Pleno em Pedagogia (UVA). Licenciado Pleno em Língua Portuguesa (UVA). Licenciado Pleno em Letras/Inglês (UNIUBE). Curso de Complementação Pedagógica para egressos do Curso de Formação de Professores (UVA). Graduando em Gestão de Recursos Humanos (FAEL). Sócio da ABPp-PA. Foi Secretário Municipal de Educação do Município de Nova Esperança do Piriá-PA (2013-2016) e atuou como Professor na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e na Faculdade FAEL. Hoje atua como Psicopedagogo efetivo e é professor convidado da FACESP-PA e Faculdade PANAMERICANA. Tem experiência na área de Educação com ênfase em Práticas Pedagógicas, Formação de Professores, Psicopedagogia e Educação Especial.

Colaboradores

Antonia Railheide de Oliveira Pinheiro

Pós-graduando em Educação Especial e Educação Infantil (FUTURA). Licenciada Plena em Pedagogia (UFGA). Já atuou como professora das séries iniciais do Ensino Fundamental por muitos anos. Hoje atua como Cuidadora Educacional na Rede Municipal do município de Nova Esperança do Piriá-PA. Tem experiências na área da docência nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e atendimento com alunos público da Educação Especial.

Crisnelton da Costa Fonseca

Pós-graduando em Psicopedagogia Clínica e Institucional (FUTURA). Licenciado Pleno em Pedagogia (IESM). Hoje atua como professor da Rede Municipal do município de Capitão Poço-PA. Tem experiências na área da docência nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

Elessandra Maria de Oliveira Pinheiro

Pós-graduanda em Ludopedagogia e Educação Infantil (FUTURA). Pós Graduanda em Psicopedagogia e Educação Infantil (FACEL). Licenciada Plena e pedagogia (UVA). Tem formação em Educação Infantil pelo CEDAC/SP. Autora das Orientações Curriculares da Educação Infantil do Município de Paragominas-PA. Já Atuou como professora de Educação Infantil e Séries Iniciais. Atuou como Técnica Pedagógica da Educação Infantil na Superintendência da Educação do Campo na SEMEC – Paragominas-PA. Atuou ainda como Coordenadora Pedagógica em Escolas da Rede Municipal de Paragominas-PA. É professora convidada da FACESP-PA. E hoje atua como Gestora/ Coordenadora Pedagógica no centro Municipal de Educação Infantil Osmundo Vicente Ferreira. Tem experiência na área da Docência e Gestão/ Coordenação Pedagógica, com ênfase em Formação de Professores e construção de Recursos Didático-pedagógicos.

Francidalva de Oliveira Pinheiro

Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica (IESF). Pós-graduando em Educação Infantil e Séries Iniciais (FUTURA). Licenciada Plena em Pedagogia (UVA). Já atuou como docente na Educação Infantil, Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e EJA. Atuou também como Técnica Pedagógica e Coordenadora de polo UFRA/PARFOR na SEMED – Nova Esperança do Piriá-PA, foi Diretora de Ensino na mesma Secretaria de Educação (2015-2016). É professora convidada da FACESP-PA. Tem experiência na área de Educação com ênfase em Práticas Pedagógicas, Formação de Professores e Docência.

José Willen Brasil Lima

Especialista em Língua Brasileira de Sinais (FACIBRA). Especialista em Gestão do Trabalho Pedagógico (FUTURA). Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, Literatura e Artes (FUTURA). Pós-graduando em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa. Pós-graduando em Psicopedagogia e Educação Especial (FACEL). Graduado em Letras-Libras e Língua Portuguesa (UFPA). Graduando em Pedagogia (FAEL). Já atuou como Técnico/Letras Libras e Tradutor/ intérprete no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão na UEPA, Coordenador da Educação de Surdos no Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação Nova Esperança do Piriá-PA, Intérprete de Libras do

Centro de Atendimento Educacional Especializado CRER SER-CAEE. Diretor e Coreógrafo da Cia Municipal de Dança de Nova Esperança do Piriá e Projeto de Ginástica Grandes Estrelas. Hoje atua como Tradutor/Intérprete na Coordenação de Letras/Libras na UEPA e está à frente do Grupo de Dança Willen Brasil. Tem experiência na área de Letras Pedagogia, com ênfase em Letras/Libras e Língua Portuguesa como segunda Língua para Surdos, Tradução e Interpretação e Dança como Prática Pedagógica.

Naelle Rodrigues de Menezes

Pós-graduanda em Psicopedagogia e Educação Especial (FUTURA). Licenciada Plena em Pedagogia (FAEL). Tem curso de Formação de Professores para o Ensino de Matemática Integrado à Linguagem, e Formação Continuada de Professores para o Ensino de Linguagem no Ciclo da Alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (UFPA) e curso de formação em Libras. Atuou como Docente/ Alfabetizadora na Rede Municipal de Nova Esperança do Piriá-PA. Tem experiências na área da docência em séries iniciais.

Shaelene Juditte Oliveira

Especialista em Ensino da Educação Inclusiva (IESF). Pós-graduanda em Psicopedagogia e Educação Especial (FUTURA). Licenciada Plena em Pedagogia (UVA). Já atuou como professora das Séries Iniciais. Atuou também como docência da Educação Especial/ Sala de Recursos Multifuncionais – CAEE. Hoje atua como professora da Educação Infantil no município de Nova Esperança do Piriá-PA. Tem experiência na área de Coordenação Pedagógica e Docência, com ênfase em Formação de Professores.

Vagner de Oliveira Pinheiro

Pós-graduando em Psicopedagogia e Psicomotricidade (FUTURA). Graduando em Fisioterapia (UNINASSAU). Membro atuante da Liga Acadêmica de Fisioterapia Esportiva – LIFE (UNCISAL). Membro atuante da Liga Acadêmica de Estudos da Dor – LAED (UNCISAL). Membro do Projeto de Extensão em Fisioterapia Traumatológica-Ortopédica (UNINASSAU). Monitor da disciplina de Cinesioterapia – (UNINASSAU). Já atuou como Instrutor de Informática Educativa em Paragominas-PA. Tem experiências como docente com ênfase em Tecnologia da Informação.